

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

Maisa Gonçalves Cardoso

**ESTRANHOS NO QUINTAL DE MIGUILIM:
A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Brasília
2015

Maisa Gonçalves Cardoso

**ESTRANHOS NO QUINTAL DE MIGUILIM:
A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Política Social.
Orientador: Newton Narciso Gomes Junior

Brasília
2015

Maisa Gonçalves Cardoso

**ESTRANHOS NO QUINTAL DE MIGUILIM:
A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Política Social.

Banca examinadora

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior (orientador)
Departamento de Serviço Social – UnB

Prof. Dr. Fernando Gaiger Silveira
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Prof. Dr. Perci Coelho
Departamento de Serviço Social – UnB

Prof. Dr. Carlos Lima (suplente)
Membro vinculado ao Programa – UnB

AGRADECIMENTO

Cursar um mestrado, distanciar-me do meu lugar e das pequenas lutas travadas até ali não foram tarefas fáceis. No entanto, a presença, o carinho e a amizade foram pontos essenciais de equilíbrio neste trajeto marcado por momentos de angústia, às vezes medo, mas também risos e alegrias compartilhados.

Preciso agradecer principalmente a Mainha e Paim, Miraci e Francisco Gonçalves, fontes inesgotáveis de amor, aconchego e força. Ainda que muito distantes, acompanharam essa trajetória, estando presentes em todos os momentos de elaboração deste trabalho. Pacientes, sempre compreenderam minha ausência, muito antes do período desta dissertação.

A Iago, Mariana, Alan e Bernardo, crianças lindas, fontes de luz que sempre adoçaram minha vida.

A tia Nalda, tio Gêra, tia Maria, tia Mira, vó Miralda, vó Dezinha, tia Dina, tio Mauri, a todos sempre muito preocupados comigo, me ajudando com palavras e lindas demonstrações de afeto, primordiais neste momento de tantas mudanças.

Aos companheiros de estrada, alguns que deixei há muito, ainda em Araçuaí, Aline, Viviane e Cláudia, ainda presentes em minha vida. Agradeço também à linda família que deixei em Teófilo Otoni, as irmãs verdadeiras Cynthya, Nayara e Cris. À Cris, em especial, companheira de convicções, fonte de força, luta e esperança num outro Vale, numa outra sociedade. A você, amiga, que pacientemente leu e muito contribuiu neste trabalho final com grandes sugestões.

À minha família de Brasília, maravilhosas companhias nestes dois anos: Aécio, Gilda, Laura, Vivi, Dani, Pedrinho, Ligia, Flavinha e Arlindo. Tê-los por perto tornou essa jornada muito mais leve e tranquila. Só tenho a agradecer todos os risos e alegrias de todos que me acolheram e fizeram desta cidade também minha cidade, carregando lindas lembranças.

Agradeço aos companheiros das Brigadas Populares DF, Pedro, Igor, Vinícius e Alane, e a todos que socializaram comigo, neste curto período, ideais e lutas.

Ao professor Newton, meu orientador, pela liberdade e pelo respeito concedidos na construção deste estudo, mostrando caminhos em momentos de muita indecisão.

À mestra Roberta Traspadini, exemplo verdadeiro de uma intelectual orgânica sempre vinculada às lutas de classe dos trabalhadores. Uma amiga que prontamente leu esta

dissertação, contribuindo com sugestões incorporadas neste trabalho e outras que serão incorporadas em trabalhos futuros.

Agradeço ao CNPq, pelo incentivo e financiamento desta pesquisa em 2013-2014 na Universidade de Brasília. Este estudo é resultado também de estudos iniciados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), à qual sou muito grata.

Por fim, agradeço ao Vale do Jequitinhonha, linda terra, e ao povo desse lugar, resistentes guerreiros, fontes de força e indignação.

RESUMO

Neste trabalho, fazemos uma análise da questão agrária no Vale do Jequitinhonha (MG) a partir dos anos 2000, destacando a imersão da região no processo de expansão do capital financeiro em sua fase de predominância fictícia, nos marcos da economia do agronegócio vigente na periferia capitalista. A violência estrutural sobre a terra e a histórica superexploração da força de trabalho, inerentes às condições de dependência, determinaram no Jequitinhonha o subdesenvolvimento rural no qual se encontra na atualidade, por meio de uma estratégia fundada na exacerbada captura de renda da terra. Foi para responder ao mercado mundial de *commodities* que se acirrou a saga por *commodities* agrícolas e minerais no Brasil, e estas têm exaurido os recursos naturais, expropriado camponeses e acirrado a questão agrária. Sem terra e trabalho, esses camponeses vagam pelo sertão mineiro e para fora dele. Nossas conclusões remetem à imperiosa necessidade de discussão da questão agrária, evidenciando a insustentabilidade desse contraditório modelo de desenvolvimento capitalista, tanto do ponto de vista da reprodução social da força de trabalho quanto dos recursos naturais.

Palavras-chave: Questão agrária. Agronegócio. Vale do Jequitinhonha. Subdesenvolvimento. Dependência.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the agrarian question in the Jequitinhonha Valley (MG) since the 2000s, highlighting the immersion of the region in the financial capital expansion process in its phase of fictional predominance, within the framework of the existing agribusiness economy in the capitalist periphery. Structural violence over land and the historical over-exploitation of the labor force, which are inherent to the conditions of dependency, determined Jequitinhonha's rural underdevelopment, by means of a strategy based on exacerbated capture of land rent. It was to respond to the global commodities market that the saga of agricultural and mineral commodities in Brazil was incited, and these have exhausted natural resources, dispossessed peasants and strained the agrarian question. Deprived of land and labor, these peasants roam Minas Gerais' backlands and beyond. Our conclusions suggest the urgent need for discussion of the agrarian question, showing the unsustainability of this contradictory model of capitalist development, both from the social reproduction and the labor force and natural resources points of view.

Keywords: Agrarian question. Agribusiness. Jequitinhonha Valley. Underdevelopment. Dependence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 QUESTÃO AGRÁRIA: UMA FACE DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO	12
1.1 O subdesenvolvimento desde as estranhas da dependência latino-americana	12
1.2 A questão agrária no Vale do Jequitinhonha	18
1.3 Agronegócio: uma estratégia de desenvolvimento no século XXI?	22
1.4 Os novos nômades da terra nos grandes sertões e veredas	25
1.5 Alguns apontamentos sobre a política social: um horizonte necessário	28
2 O VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE A RESISTÊNCIA E A SUPEREXPLORAÇÃO	32
2.1 Dos geraes, das veredas e das grotas	34
2.2 O início do mau encontro: invasão do estranho <i>x</i> resistência camponesa	38
2.3 As inesgotáveis minas de sofrimento	45
2.4 A invasão das florestas mortas: o eucalipto	47
2.5 O rio vai virar mar	49
2.6 A extração de riqueza e a produção de miséria no Jequitinhonha	50
3 A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO EM TERRAS DO SERTÃO MINEIRO	53
3.1 Estranhos no quintal de Miguilim	54
3.2 A reconfiguração da questão agrária atual no Jequitinhonha	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se na última etapa de um processo de investigação iniciado a partir de uma percepção empírica, imediata e prática da realidade. Abordaremos uma região tida como historicamente subdesenvolvida, o Vale do Jequitinhonha, cuja realidade é marcada pela miséria estrutural e cuja população, sobretudo a campesina, continua, nos limiares do século XXI, vivenciando o amargo sabor da expropriação de suas terras, perdendo seus meios de produção e reprodução da vida e sendo obrigada a deixar seu lugar em busca de sobrevivência.

Os estranhos¹ no quintal de Miguilim² são as novas-velhas formas de apropriação de riqueza pelo capital e suas contraditórias facetas expressas na relação dialética entre riqueza e pobreza. No Vale do Jequitinhonha, tal contradição diz respeito não só à produção e expropriação da riqueza que arranca da terra os recursos naturais, deixando-a devastada e pobre, mas também no extirpar da terra o povo, seus costumes, seu modo de vida e, muitas vezes, sua vida, jogando-o ao vento e à sorte dos desterrados.

Tal cenário exacerba uma contradição pulsante no campo hoje: se, por um lado, os novos nichos de acumulação capitalista, centrados na captura de renda da terra, vêm se expandindo sobre novos territórios, como no Vale do Jequitinhonha, por outro lado, deixam rastros e indícios da insustentabilidade desse projeto, tanto do ponto de vista da reprodução humana quanto dos recursos naturais. Ao expropriar terra e trabalho, colocam em risco não apenas o campesinato, mas as condições objetivas e subjetivas da sobrevivência humana.

Muitos são os estudos sobre o Vale do Jequitinhonha, feitos, principalmente, a partir da década de 1970, período da chamada “modernização conservadora”. Vários deles relatam a saída de milhares de trabalhadores da região, principalmente para o trabalho no monocultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Esses trabalhadores, mesmo tendo conhecimento, por experiências pregressas de seus pares, de que viveriam em condições precárias, não tinham outra opção a não ser deixar suas famílias e suas tradições, mas nunca a esperança de voltar definitivamente para sua terra de origem.

Ainda que não tenha iniciado nesse período, o êxodo rural foi sempre uma variável presente no Jequitinhonha e, a partir da década de 1970, passou a ser tensionado diretamente

¹ Referência à chegada de novas formas de produção e exploração da riqueza que entram em conflito com as que já existiam, como o monocultivo de eucalipto e a extração de pedras ornamentais.

² Referência à obra de João Guimarães Rosa de 1956, Campo geral, na qual a personagem Miguilim expressa a realidade vivida no sertão mineiro.

pelos avanços do capital na região. Por pelo menos três ou quatro décadas, a saída dos trabalhadores garantiu o abastecimento de mão de obra no monocultivo paulista. Iniciado o século XXI, porém, o avanço do capital no campo apresentou novas facetas. As formas de expropriação da terra e trabalho no Vale do Jequitinhonha assumiram novas e mais cruéis características, e as mudanças na composição orgânica do capital no centro do agronegócio brasileiro impuseram, cada vez mais, a mudança de rota desses fluxos migratórios.

Evidentemente, essas percepções que instigaram as primeiras inquietações, materializadas posteriormente neste estudo, resultaram de uma longa experiência na região, e é desse lugar que falo, como filha do Vale do Jequitinhonha, com a voz de um povo que agoniza ao ver sua cultura, seus costumes e sua identidade serem destruídos. Foi com o intuito de compreender as causas estruturais do subdesenvolvimento histórico que assola a população dessa região, sobremaneira a população rural, que iniciei este estudo.

Para uma aproximação que desvelasse a essência do processo que fez o Jequitinhonha sucumbir ao subdesenvolvimento atual, foi necessária uma reflexão com base no universo teórico que se tinha sobre o tema. Foi apenas após o delineamento do campo teórico que a pesquisa de fato se iniciou, orientada pelo intuito de avaliar a relevância do tema para a problemática mais geral no mundo atual. Em outras palavras, examinou-se como o Vale do Jequitinhonha expressa um campo estratégico de análises acerca do modelo de desenvolvimento ditado às economias dependentes pelo sistema global de acumulação de capital a partir dos anos 2000.

Este trabalho foi desenvolvido à luz do método dialético como base de investigação e análise. Nesse método, submete-se a análise toda interpretação que já existe sobre o objeto de estudo, pois, segundo Netto (2011), o conhecimento concreto de um objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações, de modo que, quanto mais se reproduzem as múltiplas determinações de um objeto, mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. Trata-se de uma reflexão crítica na medida em que se pressupõe a abstração do real para o pensamento. O desvendamento do real e a apreensão de sua essência residem em aproximações sucessivas e não lineares, uma vez que a realidade social é histórica, dinâmica e contraditória.

Conforme ressalta Luckás (1989, p. 22), “trata-se, pois, por um lado de destacar os fenômenos da sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais podem ser referidos seu núcleo e a sua essência na sua própria essência e, por outro lado, atingir a compreensão deste caráter fenomenal”. Este se constitui como um processo reflexivo, pois reconstrói o movimento do real para depois retornar à realidade, já num caminho muito mais

rico, pois carrega as múltiplas mediações e reflexões.³ Com esse intuito, coloquei-me a pesquisar essa região a partir de uma questão norteadora: qual é a essência do processo que impulsiona a expropriação dos camponeses no Vale do Jequitinhonha no século XXI? Para responder a essa pergunta, este estudo encontra-se dividido em três partes: o primeiro capítulo traz o cenário em que a periferia capitalista consolida sua função subalterna de inserção na produção e acumulação global de capital, nos marcos da expansão do capital financeiro. Tal inserção subjaz a dois elementos inerentes ao capitalismo *sui generis* que aqui se formou, impondo uma dupla dimensão na realização deste capital: a superexploração da força de trabalho e a exacerbada expropriação/espoliação dos recursos naturais. Essa estratégia de acumulação de capital acirrou a questão agrária pulsante na sociedade brasileira desde nossa colonização, mas, no século XXI, adquiriu novas roupagens — o que, segundo Delgado (2012), impõe à questão agrária a forma mais desenvolvida da dependência e do subdesenvolvimento: o agronegócio. É a reprodução dessa estratégia no Vale do Jequitinhonha a essência do segundo capítulo. Nele, é destacado como a propagação do capital sobre os territórios rurais no Vale do Jequitinhonha refletiu na consolidação do processo de expropriação dos camponeses na região. Para tanto, foram revisadas pesquisas, relatos e experiências de diversos autores entre 2000 e 2010, que ressaltaram os conflitos rurais oriundos do avanço do capital e, conseqüentemente, a monopolização da terra e do trabalho — fatores históricos no Vale do Jequitinhonha, mas que, a partir dos anos 2000, adquiriram outros determinantes. Utilizou-se como fonte secundária o jornal *Geraes*, um dos raros meios de comunicação que expressavam a realidade desde o Vale do Jequitinhonha nas últimas décadas do século XX. Essa fonte registrou os relatos daqueles que serviram de mão de obra barata aos canaviais paulistas: superexplorados que amarguravam o êxodo, a separação e a solidão, errantes dos grotões e das veredas.

Esses nômades continuam a sair do Vale do Jequitinhonha neste século, agora expulsos sob um novo ciclo de apropriação da terra na região, que, resultado do encarceramento da renda fundiária, tem impulsionado a busca pelo sobrevalor extraído no campo. No Jequitinhonha, tal ciclo materializa-se conforme dois principais nichos de acumulação de capital: 1) a busca por *commodities* minerais, expressa na expansão brutal de empresas mineradoras; e 2) a saga por *commodities* agrícolas, expressa no monocultivo expansivo de eucalipto. A chegada desses “estranhos” tem aprofundado o

³ Marx (1982) chama a atenção para não perdermos do nosso horizonte de análise a tríade universalidade-particularidade-singularidade. Esse caminho nos permite desvendar a aparência fenomênica da realidade, colocando a nu a essência dos fenômenos.

subdesenvolvimento rural na região e consolidado um perverso ciclo de migração, uma vez que destrói quaisquer condições de regresso à terra.

Já no terceiro capítulo, são apresentados dados de diversos estudos que abordam a expropriação e espoliação da terra. Foram utilizados dados de pesquisas do Departamento Nacional de Exploração Mineral, do Ministério de Minas e Energia, para mostrar o avanço de diversas empresas sob o território do Vale do Jequitinhonha, sobretudo a partir dos anos 2000. Outra fonte de dados adotada para demonstrar a predominância do agronegócio sobre a pequena produção camponesa foi o Censo Agropecuário de 2006, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, para mostrar essa sobreposição na região pesquisada, foram recuperados os dados de uma pesquisa elaborada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) de Minas em 2014, intitulada Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais. Por fim, o avanço do monocultivo de eucalipto foi demonstrado com dados de uma pesquisa elaborada pela Subsecretaria do Agronegócio da Seapa, intitulada Perfil do Agronegócio Mineiro 2013. Nesse capítulo, portanto, mostra-se a entrada massiva dos “estranhos” no Vale do Jequitinhonha, o que sacralizou o processo de expulsão dos camponeses da terra e a destruição dos recursos naturais e da capacidade produtiva dessas terras. O efeito disso foi impossibilitar o regresso dos camponeses.

Nas considerações finais, retomam-se alguns pontos que demonstram como o Vale do Jequitinhonha foi historicamente saqueado, e seu povo, superexplorado e marginalizado. É nos trilhos do atual modelo de desenvolvimento capitalista na periferia global, como no Brasil, que o Vale do Jequitinhonha expressa uma região estratégica para a extração de sobrevalor, sobretudo no campo, ainda que sob pena de condenar milhares de camponeses à miséria e pobreza, mutilando sua identidade e arrancando-os definitivamente da terra. Finalizam esta dissertação algumas imagens que refletem parte do cenário de devastação da região causado por esse modelo de “desenvolvimento” no campo.

1 QUESTÃO AGRÁRIA: UMA FACE DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

1.1 O subdesenvolvimento desde as entranhas da dependência latino-americana

A história do desenvolvimento capitalista *sui generis* da América Latina fomentou e foi fomentada pela dinâmica geral de desenvolvimento deste particular modo de produção. Fundamento da acumulação primitiva, a anexação colonial política-econômica-cultural do que antes era próprio, autônomo, explicitou a centralidade externa nas decisões internas, conformando uma apropriação indevida de solos, corpos e territórios fecundos para a dominação europeia.

Os desdobramentos do capitalismo latino-americano estão fundados sobre bases firmes de apropriação privada daquilo que por muitos anos foi definido como propriedade coletiva: a terra e o trabalho vinculado a ela. A terra é constitutiva da função social da América Latina ontem e hoje. Da real riqueza de recursos deste território, emana sua situação histórica de veias abertas. Caminhos condicionados pelos descaminhos do capital.

O debate da história do capitalismo na América Latina tem profundas implicações políticas nas reflexões e ações sobre limites e possibilidades inerentes à condição de ser do particular dentro da dinâmica geral do capital. As ciências sociais aplicadas se dedicam há décadas à compreensão desse movimento. Mas foi na década de 1960 que este debate ganhou força a partir da relação dialógica-dialética apresentada pelo desenvolvimento e sua contra-face: a dependência.

Ruy Mauro Marini em seu texto *Dialética da dependência* escrito em 1973 (2011) ao ressaltar os determinantes da produção e reprodução do capital em escala ampliada, revela o importante cenário no qual as relações da América Latina com os centros capitalistas condicionaram-na a inserir-se em uma estrutura definida como divisão internacional do trabalho, cuja centralidade era a de ser coadjuvante no cenário protagonizado pelo capital das economias centrais.

Essa estrutura determinaria o desenvolvimento dessa região, marcado pelo desigual intercâmbio e desenvolvimento capitalista na questionável caracterização da (in)dependência na América Latina. A dependência emerge, nesse contexto de *desenvolvimento do*

subdesenvolvimento, como mecanismo central de subordinação, na América Latina, do território e dos sujeitos; emerge, ainda, como forma de propagação do poder, de reprodução do capitalismo em sua dinâmica internacional. Fica enraizada, na região, a histórica violência estrutural sobre terra e trabalho.

Para Gunder Frank (1969), a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo industrial europeu vinculava-se à sua capacidade de criar uma oferta mundial de alimentos, além de matérias-primas. Logo, a dependência e o subdesenvolvimento foram e ainda são gerados pelo mesmo processo histórico que levou ao desenvolvimento econômico na periferia capitalista: o desenvolvimento do capital. Para o desnudamento desse processo, Marini (1990) e Frank (1969) são importantes intelectuais a serem resgatados. Suas análises decifram a particular combinação da subordinação econômica real dos países periféricos aos países centrais — origem da dependência, o subdesenvolvimento medular nas economias da América Latina e da superexploração da força de trabalho, sob o espectro do capitalismo dependente.⁴

De acordo com Marini (2011), a debilidade dos mecanismos de manejo e apropriação do excedente econômico produzido pelos trabalhadores na periferia resulta do fato de a produção ser sujeitada à relação exportação-importação para o comércio internacional. Isso faz com que a mais-valia produzida nas economias dependentes se realize no mercado externo, mediante a exportação, o que gera uma separação entre a esfera de produção e a esfera de circulação da mercadoria. Esse mecanismo apresenta-se inicialmente vinculado à fase primária exportadora da América Latina. No entanto, ressurge com o processo de “reprimarização” das exportações na era neoliberal, configurando uma situação interna débil perante o cenário internacional, controlado pelo grande capital monopolista.

Entretanto, importa considerar que a função que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcende em muito meras respostas aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Talvez sua mais importante função seja contribuir para que a acumulação capitalista nas economias centrais resulte antes do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da maior exploração da força de trabalho, ou seja, para que, na economia capitalista central, o eixo de acumulação de mais-

⁴ A categoria da superexploração da força de trabalho, desenvolvida por Ruy Mauro Marini, principalmente em sua obra *Dialética da dependência* (1973), foi erigida para explicar a particularidade histórica que cumpre a América Latina no âmbito geral de reprodução do capital, como algo próprio do capital dependente. Se a exploração da força de trabalho é um mecanismo de criação de valor na sociedade capitalista baseada no trabalho assalariado e apropriado pelos capitalistas, a superexploração é, sobretudo, o mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais.

valia absoluta se desloque para o eixo de acumulação de mais-valia relativa.⁵ Mas se a perseguição de mais-valia relativa é uma característica geral e estrutural do processo de desenvolvimento capitalista, qual é a peculiaridade latino-americana?

Essa mudança no eixo de acumulação de capital nos países centrais foi alavancada pela participação, não sem coerção, da América Latina no desenvolvimento das forças produtivas nesses países, com a exploração *sui generis* da força de milhares de trabalhadores: a superexploração. Eis o principal aspecto do desenvolvimento dependente latino-americano: a superexploração da força de trabalho.

Segundo Marini (2011), para que o capitalista da periferia compense as perdas durante a troca desigual entre nações centrais e nações periféricas, deverá aumentar no próprio processo produtivo que coordena, tanto a massa de valor produzida quanto a apropriação do mesmo. Isso implica o pagamento de um salário com valor abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho. Além de significar a não necessidade de potencializar um mercado interno para circulação de mercadorias dado o baixo dinamismo econômico vinculado aos baixos salários. Essa prática desnuda o mecanismo particular da superexploração da força de trabalho no desenvolvimento do capitalismo na América Latina, seja mediante o aumento do ritmo do trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou, o que é mais comum, combinando-se os dois procedimentos. Assim, na malograda tentativa de compensação da perda de parte da mais-valia, oriunda do desequilíbrio entre preço e valor das mercadorias exportadas, o capitalista da periferia adota práticas perversas de exploração, condenando parte expressiva da classe trabalhadora a viver na miséria.

Em suma, os países latinos, ao ingressarem no circuito capitalista internacional em condições de inferioridade, reproduzem essa lógica, que permanece inalterada até os dias de hoje não somente pela modernização tardia e conseqüentemente pelo reduzido alcance no desenvolvimento das forças produtivas, mas sobretudo pela posição que a América Latina ocupa no mercado mundial. A superexploração da força de trabalho é para nós uma categoria central para compreender a função histórica cumprida pela América Latina no âmbito geral de reprodução do capital e, principalmente, para compreender nosso objeto de estudo nessa

⁵ A mais-valia relativa está conectada diretamente à desvalorização dos bens-salário (mercadorias necessárias para a (re)produção da força de trabalho), o que contribui via de regra, mas não necessariamente, para a capacidade produtiva da força de trabalho. Com sua integração ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha papel significativo na acumulação da mais-valia relativa nos países centrais (MARINI, 2011).

dinâmica: o processo de expropriação rural no século XXI no Jequitinhonha, que impõe condições extremas de pauperização aos novos nômades da terra no nordeste mineiro.

É da superexploração da força de trabalho que a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na periferia. Será o aviltamento de tais relações, sob a égide do capital financeiro, que colocará a questão agrária nos trilhos da discussão da dependência. A dependência, por sua vez, nos instiga a analisar outras questões conectadas diretamente a ela, tal como a questão agrária. Roberta Traspadini (2014) chama a atenção para dois importantes questionamentos: 1) nesta atual fase de expansão do capital, qual é a função social da terra na dinâmica geral do capital? E 2) em um contexto em que, majoritariamente, os trabalhadores se concentram nas grandes cidades, qual é o papel do trabalho no campo?

Se mirarmos a estrutura econômica dos setores que crescem à frente dos demais, como mineração e agronegócio, logo veremos que eles são cadeias produtivas que operam com base no monopólio e na expropriação dos recursos naturais.⁶ Nessa dinâmica, a função social da terra, na lógica da produção de bens de subsistência, “sucumbiu-se à arena especulativa, com expressivo encarceramento de crédito e dos lotes” (TRASPADINI, 2014, p. 32). Desse modo, o capital, em sua fase de predominância fictícia, aglutina à análise da questão agrária uma necessária reformulação dos processos que a engendram no limiar do século XXI, constituindo uma estratégia de acumulação de capital que conforma um padrão de crescimento econômico perseguido, nesta década, pelo agronegócio.

Segundo José Graziano da Silva (1981, p. 22), um dos mais destacados estudiosos da questão agrária destaca, em sua tese de doutorado, que a questão da terra na periferia capitalista passa pela compreensão de que “a propriedade da terra é a base de extração do excedente dos trabalhadores rurais”. O capitalista agrário irá, concomitantemente, realizar ações que consolidem tanto seu poder socioeconômico monopolista quanto os elementos fundantes de uma estrutura agrária dependente, em que a produção camponesa é subsumida a essa função monopolista.

É esta fase atual da dependência que coloca como um dos elementos centrais de dominação a naturalização do endividamento público e individual dos trabalhadores, atrelada a um tipo de conduta dos Estados latino-americanos que aprofunda o aprisionamento dos

⁶ Segundo dados da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), minério e agronegócio, juntos, foram responsáveis por 68% do valor total exportado pelo país em 2012.

governos aos interesses do capital financeiro:⁷ “são os novos condicionantes da práxis do capital que reforçam o caráter histórico da atualidade da dependência sob a consigna da superexploração e do superendividamento” (TRASPADINI, 2014, p. 32). Na mesma linha argumentativa Nildo Ouriques (2001, p. 36), reitera que é principalmente a partir desses problemas de acumulação que esses governos têm a capacidade de “avançar ainda mais na transformação da profunda crise social como uma necessidade de Estado”.

Assim, em cada tentativa de “estabilizar a economia”, novas dívidas são contraídas pelo Estado, aprofundando a dependência. A exacerbada valorização da renda fundiária nesse processo e a consequente superexploração da força de trabalho e espoliação dos recursos naturais integram-se num todo articulado e constituem a contraditória, antagônica e complementar estratégia de acumulação de capital. Conforme Guilherme Delgado (2012), tal situação expressa o próprio padrão de crescimento econômico perseguido na primeira década do século XXI pelo agronegócio. Atualmente, tal configuração histórico-social impõe à economia exportadora brasileira uma dupla dimensão na realização do capital financeiro: a superexploração da força de trabalho e a extração/espoliação dos recursos naturais. As consequências desse projeto aprofundam as manifestações mais agudas da miséria pulsante na realidade social do campo e da cidade, acirrando a questão social na atualidade.⁸

Nesse sentido, é imprescindível reiterar que entendemos a questão agrária como uma particularidade da questão social, constituída, segundo Sant’ana (2012, p. 14), a partir de

embates estabelecidos devido à posse da terra e/ou às relações de trabalho em meio rural; no atual modelo de desenvolvimento agrário, e uma de suas principais expressões ocorre pelo embate na relação capital \times trabalho que ocorre no campo e na cidade, mas que é decorrência do avanço das relações capitalistas no campo.

Esse debate situa-se no bojo da discussão da perspectiva de totalidade, cujo trabalho apresenta-se como eixo fundante das relações sociais. Essa compreensão da questão agrária só se dá ao apreender a questão social em suas mediações concretas com a universalidade posta pela sociabilidade burguesa, das quais fazem parte as particularidades e configurações geradas

⁷ A categoria capital financeiro, presente nesta análise, parte da conceituação clássica cunhada por Vladimir Lênin (1987): a concentração da produção tendo como consequência a formação dos monopólios; ou ainda, é a fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria, determinando e definindo o capitalismo atual, onde reinam os monopólios e a exportação de capitais.

⁸ Segundo Zé Paulo Netto (2013), a expressão “questão social” surge no século XIX, num contexto de industrialização capitalista na Europa Ocidental, para explicar o fenômeno que assolava grande parte da população: o pauperismo. Ainda que a pobreza e a miséria datassem de muito na história, era inovadora a dinâmica sob a qual a pobreza se generalizava: “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2013, p. 20). A designação “questão social” está relacionada aos desdobramentos sociopolíticos dessa generalização da pobreza. É à luz desse referencial teórico que entendemos a questão agrária como particularidade da questão social, imersa no bojo da discussão da perspectiva de totalidade inerente ao referencial marxiano.

em distintos locais, mas sempre oriundos do enfrentamento entre os segmentos de classe, bem como suas relações de trabalho no meio rural.

Sendo assim, a questão agrária constitui-se como expressão dos distintos conflitos decorrentes do uso da terra, e ainda da relação capital/trabalho aprofundada no atual modelo de desenvolvimento agrário. Na realidade, as particularidades da questão social resultante do embate de classes que advém do desenvolvimento do capitalismo na agricultura compõem a questão agrária; entretanto, a não apreensão das mediações que a constituem inviabiliza uma análise a partir do mundo trabalho.

Sant'ana (2012), ao analisar a aproximação entre o serviço social, como uma categoria profissional que lida diretamente com as expressões da questão social, e com os trabalhadores superexplorados reitera que é o cotidiano dos mesmos que impulsiona o seu encontro com a política social e com o serviço social. Nesse encontro, a identidade de classe tende a ser negada e subsumida à de cidadão usuário da política de assistência social. Para Carmelita Yazbek (2012), esse é um encontro marcado pela dificuldade do serviço social, como categoria profissional, de apreender a questão agrária como particularidade da questão social. A autora ressalta que esse é um dos maiores desafios postos à profissão na materialização de seu projeto ético-político. Nesse sentido, Sant'ana (2012, p. 177) destaca:

à medida que o Assistente Social não capta o trabalho como eixo fundante da sociabilidade, ele não reconhece o seu usuário como membro de uma classe cujos embates na relação com o capital têm se configurado de maneira tal que esta situação manifesta no universo singular é a mais genuína expressão da questão social [...]. O serviço social tem dificuldade para captar a questão agrária como particularidade da questão social porque a sua percepção de realidade não apreende o trabalho como eixo fundante na constituição das relações sociais; isto faz com que o próprio conceito de questão social reduza-se às suas manifestações singulares.

Isso ocorre principalmente nos municípios de pequeno porte, em que pesem suas características eminentemente rurais. O embate de classes nesses municípios perpassa, em grande medida, pelo modelo de desenvolvimento agrário.

Nesse sentido constatamos, por meio de esforços coletivos de reflexão do conhecimento existente e de pesquisa exploratória, que o Vale do Jequitinhonha representa um universo estratégico para análise das mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural decorrentes da expansão do agronegócio nos marcos do capital financeiro no campo. Tal expansão recoloca na ordem do dia a discussão da questão agrária nos países subdesenvolvidos da América Latina.

1.2 A questão agrária no Vale do Jequitinhonha

Gunder Frank (1969), em seu livro *Sociología del desarrollo y desarrollo de la sociologia* expõe que mesmo dentro de países subdesenvolvidos, como no Brasil, existem regiões subalternas, com desigualdades de renda e diferenças culturais, devido a fatores específicos, mas que de maneira alguma caracterizam uma economia dual; pelo contrário, essas regiões têm uma história, estrutura e dinâmica independente. Basta revisitar seu passado econômico e sua história social, que deu origem ao subdesenvolvimento atual, para esclarecer que este não é original ou tradicional, e que nem o passado nem o presente desses países se parecem com o passado dos países desenvolvidos.

Para Margarida Moura (1988), Maria Aparecida Silva (1998) e Eduardo Ribeiro (1994), o Vale do Jequitinhonha é uma dessas regiões brasileiras tornadas historicamente subdesenvolvidas. Esses autores defendem a tese de que o subdesenvolvimento rural do Jequitinhonha remonta a uma simbiose que é, ao mesmo tempo, agrária e agrícola. Ela emana tanto da fragmentação da terra em fins do século XIX, até o ponto em que a limitou a áreas insuficientes para o sustento das famílias camponesas, quanto dos entraves, oriundos do manejo dos recursos naturais, à efetivação da produção diante da articulação com a economia nacional, o que se acirrou neste século com a expansão das fronteiras agrícolas e minerais.

O subdesenvolvimento no interior da economia brasileira deve ser pensado como subproduto necessário da acumulação capitalista em escala mundial. De modo que a raiz do subdesenvolvimento é, em grande parte, “produto histórico da economia passada e atual e de outras relações entre os satélites⁹ subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos” (FRANK, 1969, p.93).

Ora, segundo Caio Prado Jr. (1979), ao resgatar os processos inerentes à formação social e histórica colonial, reitera que, o que ocorreu nas relações de trabalho que permearam a agropecuária brasileira, ranços, para o autor do subdesenvolvimento, é que proprietários e trabalhadores necessitavam, em suas respectivas posições, comprar e vender a força de trabalho. Com base nessa relação, foram estipuladas as condições em que se faria a cessão ou compra e venda da mercadoria força de trabalho. Se a transação não se dá em bases puramente monetárias, com pagamento em dinheiro, isso não ocorre por nenhuma restrição de ordem institucional ou jurídica, mas sim por questões práticas e circunstanciais. Nas palavras

⁹ O autor refere-se ao fato de que a expansão do sistema capitalista ancorou-se historicamente na relação de interdependência entre metrópole e colônia/satélite.

do autor, “[...] no Brasil o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil” (PRADO Jr, 1979, p. 68).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Frank (1969) ressalta que o Brasil expressa um claro caso de *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, tanto nacional quanto regional. A expansão da economia mundial, desde o começo do século XVI, converteu o Nordeste, o interior de Minas Gerais (a região produtora de pedras preciosas, que é hoje onde se localiza o Vale do Jequitinhonha), o Norte e, por último, o Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) em economias de exportação, visando atender às demandas do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, que incorporou essas regiões.

Dessa forma, cada uma dessas regiões sofreu o desenvolvimento econômico no seu respectivo período de produtividade. O autor afirma que o subdesenvolvimento dessas regiões é, em si, uma característica de nascença determinada por vários fatores. Mas não podemos confundir:

o subdesenvolvimento não é causado pela coexistência de instituições arcaicas, ou a existência de pouco capital nessas regiões que se têm mantido isoladas do topo da história do mundo. Pelo contrário, o subdesenvolvimento tem sido e ainda é gerado, pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do próprio capitalismo (FRANK, 1969, p. 109, tradução nossa).

Essas definições são necessárias na medida em que revelam o papel cumprido pela região que ora analisamos, o Jequitinhonha. A reflexão sobre a complexidade presente atualiza as análises de Marini (2011) e Frank (1969), especialmente em se tratando da reconfiguração da estratégia de reprodução e acumulação de capital que subjaz à exacerbada valorização da renda fundiária.

Uma combinação perversa entre concentração e centralização da riqueza e da renda, nas mãos de poucos donos de capital, vinculada à superexploração da força de trabalho de parte expressiva dos trabalhadores sem terra, sem dinheiro, concomitantemente com a extração/espoliação dos recursos naturais: eis a forma-conteúdo do processo de desenvolvimento da economia brasileira no século XXI. Os impactos dessa combinação para a reprodução da força de trabalho na periferia capitalista conformam a particularidade da questão social na América Latina, oriunda da relação capital/trabalho no modo de produção capitalista, que engendra contradições próprias do desenvolvimento periférico. Essa questão é, portanto, caudatária da dinâmica que assume a economia capitalista na periferia do sistema mundial, inegavelmente agravada com a superexploração do trabalhador.

Delgado (2012) destaca que a expansão do capital financeiro transformou não apenas a realidade rural, mas também o entendimento teórico e político dos problemas do desenvolvimento econômico e da forma como ele espraia-se no campo. Com base nessas novas-velhas formas de apropriação privada para a valorização do capital no meio rural é que as contribuições de Prado Jr. (1979) apresentam-se como essenciais nesta análise. Segundo esse autor, a estrutura agrária que se constituiu no Brasil, forjada sobre as bases do capital mercantil-monopolista, expõe desde o período colonial uma economia agroexportadora, sustentada pela monocultura, pela força do trabalho escravo e pela divisão do território em grandes lotes, com um único objetivo: atender as necessidades de acumulação capitalista da Coroa Portuguesa, produzindo mercadorias para exportação.

A centralidade da produção para fora, desde o período colonial, conformou uma matriz de desenvolvimento débil para dentro, em que a função do trabalho não se centrou como prioridade na circulação interna das mercadorias (MARINI, 2011). A questão agrária brasileira pode então ser definida, em termos gerais, como a relação dialética entre a miséria da população rural e a estrutura agrária que se consolidou no país, cujo elemento essencial consiste na concentração da propriedade fundiária. Em outras palavras, a questão agrária é aqui entendida como a concentração de poder econômico, político e cultural no campo, que se sobrepõe à vida de milhões de trabalhadores rurais, à dinâmica do capital oprimindo-os e subordinando-os.

É essa a essência da questão agrária que se consolida no país, resultado do fato de que a quase totalidade da população rural não possui a quantidade de terra necessária, nem as condições objetivas de produção, para assegurar sua subsistência, dada a concentração e centralização da riqueza e da terra nas mãos dos proprietários de terra e gestores do agronegócio. Tal situação deu lugar aos minifúndios, onde o padrão de vida, na maioria dos casos, se aproxima daquele dos trabalhadores sem terra, ou empregados nas grandes propriedades: “quando não são espoliados pelo comércio intermediário, resta-lhe vegetar completamente à margem da vida econômica do país, lutando por uma sobrevivência miserável e precária” (PRADO JR., 1979, p. 76). Os minifúndios resultam do fracionamento da grande propriedade nos locais onde a grande exploração não vingou, seja porque não logrou tomar pé, seja porque não resistiu a situações mais graves da conjuntura econômica, entrando em decadência e decomposição. Resultam também das sucessivas divisões de um pequeno terreno de uma família camponesa, com seus descendentes diretos.

Essa é a estrutura agrária de subdivisão de terras difundida em grande parte do sertão mineiro. No período de *modernização do campo* ou *modernização trágica*, em meados de

1960, tal estrutura significou para o Vale do Jequitinhonha o acirramento do processo de desapropriação das terras devolutas, resultando no desaparecimento do que Maria Moraes Silva (1998) denomina como direito costumeiro dos então ocupantes daquela terra: negros, mestiços que sobraram da mineração e quilombolas. A substituição da terra do trabalho auto-organizado pela terra de negócio provocou um intenso processo de migração camponesa, culminando na consolidação dos milhares de deserdados, dos errantes da terra.

Há outro aspecto que sofreu profundas transformações nas décadas de 1960 e 1970, a pequena agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha. Esse tem sido um objeto de diversas pesquisas nas últimas três décadas. Resguardadas as diferenças em história, recursos, povoamento, uso dos solos e perfis agrários do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha,¹⁰ há algo em comum e consensual entre tais pesquisas — o papel central que jogaram as transformações em curso no Brasil na década de 1970, com o processo de modernização agrícola e seus impactos, e com a integração regional à economia nacional na “nova” dinâmica de produção de vida no campo.

A questão agrária brasileira das décadas de 1960 e 1970 apresentava uma proposta de reestruturação da propriedade distinta da proposta vigente hoje, uma vez que o contexto histórico e teórico hegemônico na esquerda partidária era diferente. Pensava-se, pelas mais diversas perspectivas de interpretação, desenvolver o capitalismo no campo expropriando terras não utilizadas de proprietários rurais tidos como “pré-capitalistas”. Essa abordagem guiou estudos que defendiam a coexistência de restos feudais na agricultura brasileira e de estruturas econômicas dualistas, ideia amplamente difundida por Celso Furtado (1983) e veemente combatida por Prado Jr. (1979), Frank (1969) e Marini (2011).

Na atualidade, a questão da propriedade fundiária tem uma dimensão diversa dessa colocada pelo contexto histórico dos anos de 1960 e 1970, ainda que a apropriação e a formação do preço da terra, seja pública, seja privada, sigam constituídas com base no auge da expansão agrícola. Apesar de manter essencialmente o mesmo sentido, a questão aparece com novas roupagens (DELGADO, 2012). Estas nada mais são que expressão de um peculiar projeto de acumulação de capital, centrado essencialmente na captura da renda da terra e atrelado à lucratividade do complexo de outros capitais advindos do agronegócio.

¹⁰ Sobre o sistema de lavouras na região, ver Dayrell (1998) e Saint-Hilaire (1975), para quem as lavouras do Jequitinhonha devem ser entendidas com base nas condições de cultivo, solo e objetivos segundo as quais as técnicas empreitadas na agricultura variam. As culturas são selecionadas em função dos solos onde se adaptam melhor — a terra própria para o feijão, para a mandioca, para a cana —, e cada uma exige manejo e avaliação específicos, pois precisa de roçada, cultivo e fogo diferentes. Os solos são classificados pela umidade, pela textura e pelo tempo de descanso. Será essa classificação que definirá a cultura própria daquele solo.

Se de um lado esses elementos fazem parte do processo histórico que, em última instância, resultou na expropriação e expulsão dos camponeses de todo o sertão mineiro, por outro lado, no plano macroeconômico, expressam uma dinâmica imposta à agricultura brasileira e ditada pelo movimento geral do capital internacional. Tal dinâmica caracterizou-se em economias dependentes pela rearticulação dos complexos agroindustriais a fim de garantir as substanciais taxas de crescimento, ainda que sob pena de acirramento das desigualdades regionais, no então projeto de desenvolvimento econômico para o país: o agronegócio.

1.3 Agronegócio: uma estratégia de desenvolvimento no século XXI?

Nessa conjectura, a questão agrária adquire novos contornos no século XXI, o que, de acordo com Delgado, “assumirá a forma mais desenvolvida da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro: o agronegócio”.¹¹ Este se destaca entre os novos elementos que compõem a questão agrária e torna-se o carro-chefe da política hegemônica de produção agrícola e do modelo de desenvolvimento assumido pelo país. Mas se de fato essa é uma estratégia de desenvolvimento, quais segmentos de classe têm sido beneficiados? Para responder a essa pergunta, é necessário precisar o que estamos chamando de agronegócio, pois do contrário, segundo Delgado (2012), correremos o risco de investigar uma infinita gama de fenômenos empíricos sob a denominação genérica que encobre as dimensões essenciais dessa estrutura e de seu movimento.

De acordo com Delgado (2012), o agronegócio na “acepção brasileira do termo” é uma articulação do grande capital com a grande propriedade fundiária, na qual ambos realizam um arranjo econômico sobre as bases do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, subsidiados pelas políticas de Estado. Tal dinâmica agrava o processo de superexploração da força de trabalho e apropriação dos recursos naturais, já que a essência dessa política é a produção de *commodities* primárias com vistas à exportação, sob a lógica do mercado mundializado, em que a apropriação privada oligopolista da produção é também a

¹¹ Esse foi um pequeno trecho da fala de Guilherme Delgado no VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Brasília (Distrito Federal) em 2014. Para o autor, nossa inserção na divisão internacional do trabalho deu-se como exportadores de *commodities* agrícolas e minerais, sendo essa uma medida conjuntural para enfrentar a crise cambial de 1999, apesar de não oferecer condições de gerar equilíbrio externo na conta-corrente; pelo contrário, em médio prazo, aprofunda o desequilíbrio externo da economia brasileira, ou seja, nossa dependência estrutural.

apropriação privada das terras. Para François Chesnais (1999), a lógica desse mercado, propagado no atual estágio de acumulação capitalista na periferia, assenta-se sobre a mundialização financeira.

De acordo com Chesnais (1999, p. 17), a mundialização financeira deve ser compreendida num contexto “[...] de ressurgimento das contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abandonadas entre 1950 e a recessão de 1974”. Esse contexto é acompanhado do processo de retirada do Estado nas economias centrais que tiveram o *Welfare State* como estratégia política, culminando em novas formas de pobreza, manifestas nas mais diversas expressões da questão social, esta por sua vez agravada pelo desmonte dos sistemas de proteção social.

Pierre Salama (1999), ao analisar a repercussão do processo de financeirização nas economias da América Latina, ressalta como as transformações no mundo do trabalho foram intensificadas rumo à maior precarização das condições de vida da classe trabalhadora arcos do neoliberalismo. Tais transformações foram aprofundadas no final dos anos de 1980 e 1990 e se arrastam até os dias de hoje. Nas palavras de Salama,

[...] nas economias latino-americanas a taxa de câmbio se valoriza, o déficit do Estado é financiado de forma crescente pelas entradas de capitais e as taxas de juros permanecem altas. As desigualdades de renda se reforçam, o emprego se torna mais raro e a exclusão se aprofunda. Sem forçar o paradoxo, o que está presente de forma implícita em muitos países desenvolvidos aparece com mais clareza nas economias semi-industrializadas latino-americanas (1999, p. 86).

Nos trilhos desse modelo, há em curso na economia brasileira uma estratégia estatal-privada baseada essencialmente na busca pela renda fundiária como carro-chefe da acumulação de capital. Ao ser reproduzida em regiões subdesenvolvidas, como o Jequitinhonha, essa dinâmica provocará graves consequências econômicas e sociais.

A renda fundiária cumpre um importante papel no processo recente de expansão do preço da terra,¹² uma vez que são redefinidas diversas ferramentas de política pública incidentes sobre a terra. Para Graziano da Silva (1981), a propriedade privada da terra constitui condição necessária, mas não suficiente para a existência de renda da terra. Ela é parte da mais-valia, que, em vez de ficar com o capitalista — arrendatário que a extorquiu dos trabalhadores —, é transferida para os grandes proprietários rurais. São esses últimos os

¹² Por não se tratar do nosso objetivo, não nos deteremos nessa categoria. Ver melhor em Sauer e Leite (2012).

capitalistas da terra, grandes proprietários rurais que ficam com a renda fundiária, sendo esta nada mais que trabalho excedente apropriado acima do lucro médio.¹³

Desse modo, a mera existência da propriedade privada da terra não garante a existência da renda fundiária específica no capitalismo. A propriedade privada apenas possibilita ao dono da terra apropriar-se de parte do trabalho social excedente produzido pelo trabalhador e materializado em mercadorias. A propriedade privada não gera esse excedente, portanto, não seria mais a terra que possibilitaria ao seu proprietário apossar-se dele.

Assim, a questão central é: se, na atual fase financeira especulativa, o capital engajado na terra extrai do trabalhador não apenas os frutos do seu trabalho, mas também o seu tempo de trabalho excedente, necessário para a reprodução da força de trabalho, essa mais-valia gerada no processo produtivo no campo brasileiro e extorquida dos trabalhadores destina-se a quem — aos capitalistas arrendatários ou aos capitalistas produtivos? A esse respeito, Silva (1981, p. 22, grifo do autor) esclarece: “a renda da terra específica do modo de produção capitalista é um sobrelucro, um lucro extraordinário do próprio capital. A propriedade privada apenas permite que seu dono a embolse.” Mas a essência da questão é *se essa renda é ou não extorquida pelo capital*, entendido como uma relação social; se é ou não o capital que comanda o processo produtivo, e que permite extrair um excedente do trabalhador. Se ocorre separação entre o proprietário da terra e o dirigente do processo produtivo.

As possíveis respostas, ainda em aberto, apontam para as condições históricas e particulares nas quais se constituiu o sistema capitalista na agricultura brasileira, cuja matriz é subdesenvolvida e dependente. A análise das relações sociais e econômicas reproduzidas no meio rural, no Vale do Jequitinhonha, clarifica algumas medições necessárias nesse processo. De acordo com Graziano da Silva (1981), em regiões onde o desenvolvimento econômico encontra-se em patamares periféricos, como na que ora analisamos, as relações estabelecidas entre o proprietário e o capitalista arrendatário, no que tange ao que será pago como renda — seja dinheiro, seja trabalho —, englobarão toda a mais-valia gerada no processo produtivo, ou mesmo todo o trabalho excedente apropriado dos trabalhadores rurais.

O autor pondera ainda que, nos casos mais gerais, não necessariamente será o proprietário da terra quem o embolsará, como vem ocorrendo com as pequenas propriedades rurais do nordeste mineiro. A saga por produtos agrícolas e minerais tem determinado novas relações de “expulsão” dos camponeses de suas terras nessa região. Apesar de possuir a terra,

¹³ Silva (1981) ressalta que há outro aspecto que determina a renda da terra ser mais alta ou mais baixa, resultante da luta de classes que se trava naquele determinado momento, naquela sociedade.

o camponês não reside na sua propriedade, pois a entrega ao capitalista arrendatário, que, em troca, lhe paga uma renda fundiária.

Eis aí a essência dos fluxos do êxodo rural no limiar do século XXI, que dão origem a uma massa de trabalhadores rurais “condenados da terra” na atualidade, definidos por Vergés (2011) como os *novos nômades da terra*. Esses novos nômades são a outra face de uma estratégia de acumulação de capital que a economia brasileira persegue, cujos reflexos econômicos e sociais são sentidos por todos os trabalhadores, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

1.4 Os novos nômades da terra nos grandes sertões e veredas

É esse o contexto que marca a lógica do processo de acumulação capitalista nacional. Ao mesmo tempo em que se industrializa e mundializa a economia brasileira, soldando seu lugar subordinado na economia capitalista globalizada, isso é feito de modo a (re) produzir a exclusão dos pobres na cidade e no campo, determinando os novos-velhos fluxos migratórios do campo para cidade no século XXI.

Nessa sorte da globalização plebeia, que é o êxodo, os novos nômades levam sua identidade no embornal e se organizam, superando distâncias e fronteiras. Assim os camponeses do milênio tornam-se transterritoriais e onipresentes. Todavia, em sua essência, permanecem camponeses, pois, para essas comunidades entregadas ao relento, preservar a identidade é uma questão de vida ou morte (VERGÉS, 2011). Segundo Armando Vergés (2011, p. 111), as classes não são constituídas apenas de economia, mas do “calor do lar, da socialização e da cultura”. É essa a condição que o camponês carrega nas costas quando deixa para trás seu território de vida e migra forçosamente em vaivém para a cidade.

A proletarização do camponês e a sazonalidade do trabalho agrícola, segundo Silva (1981, p. 51), devem ser entendidas como resultantes de um mesmo processo: “a mesma evolução que produz a necessidade de operários assalariados no campo, cria também esses operários, dado que a venda temporária da força de trabalho passa a ser agora ocupação acessória da família camponesa”. É necessário, nesse sentido, compreender a proletarização camponesa de maneira ampla, como resultado da subordinação direta do trabalho ao capital, e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês. Na realidade, a reprodução desses novos camponeses é a reprodução do próprio capital.

A expulsão dos parceiros, arrendatários, colonos e pequenos proprietários da agricultura no estado de Minas Gerais, principalmente a partir dos anos 1960, já foi exaustivamente estudada por historiadores, sociólogos, economistas, agrônomos. Não pretendemos, neste momento, levantar esses estudos. Queremos apenas reiterar que tal modelo de produção desembocou no reforço dos latifúndios, agora dominados pelas grandes empresas privadas, historicamente sob a chancela do Estado, de maneira que a população, sem condições de concorrer econômica e politicamente com as mudanças nas relações de produção, se viu obrigada a abrir mão do usufruto da terra.

Sem a terra para produzir e sobreviver, grande parte dos camponeses da região tornaram-se *população sobrando, desempregados, peões de trecho, andarilhos* e, principalmente, *boias-frias* (MOURA 1988; SILVA, 1998). Tal metamorfose vinculou-se e contribuiu para o atendimento da demanda de mão-de-obra necessária à expansão da modernização em outras regiões do país. Esse processo criou para os agricultores do Vale do Jequitinhonha novas relações sociais, impondo, cada vez mais, ao seu modo de vida e trabalho elementos típicos do modo burguês de dominação social.¹⁴

Nessa conjuntura, a migração, sazonal ou definitiva, é a face mais marcante das contradições sociais geradas por tal mudança e significou para o Vale um contexto permeado pelo sofrimento das “viúvas de marido vivo” e seus órfãos temporários, pela perda da identidade camponesa e da relação com a terra, pela degradação da saúde e da vida dos trabalhadores, pela submissão de milhares de pessoas à fome e à falta de alternativas dignas, enfim, pela desumanização das condições de produção e reprodução social da vida (MOURA, 1988; SILVA, 1998).

A partir de meados da década de 1960, quando o Estado instalado com o golpe militar, em 1964, adotou um modelo de desenvolvimento conservador e subordinado aos interesses das nações centrais, milhares de camponeses foram transformados em *deserdados da terra* (MOURA, 1988). Por quase trinta anos, o processo de produção capitalista na região seria pautado no agronegócio, tanto pela monocultura do eucalipto como pelo avanço das empresas de minério.

No bojo dessas mudanças, o que estava em disputa não era apenas a perda das terras dos *geraizeiros* ou *lavradores*, que outrora eram garantidas pelo *direito costumeiro da terra*,

¹⁴ Entre o alto, o médio e o baixo Jequitinhonha, coexistem diferentes técnicas de agricultura, de uso de recursos, de apropriação fundiária e de produção que configuram um regime fundiário diverso. No entanto, há um aspecto singular e comum a todo o Jequitinhonha: trata-se do processo de expulsão dos agricultores familiares com a modernização agrícola, em curso no país em meados da década de 1970. É esse o foco de nossa análise.

mas a reestruturação do modo de vida, de trabalho e das relações sociais.¹⁵ Isso traçou para muitos o destino da migração temporária ou, na maioria das vezes, definitiva, produzindo o que Silva (1998) chamou de uma multidão de eternos errantes à procura de um tempo e de um lugar, perdidos nas antigas veredas e chapadas.

Com isso, recrudescer a questão agrária na região, na medida em que se ampliou o monopólio de terras e se expropriaram milhares de agricultores familiares de suas terras. Esse processo foi mediado e legitimado pela chancela do Estado, o qual sempre agiu no sentido de garantir condições necessárias à expansão do capital, algo que, na atualidade, mantém-se inabalado.

A estrutura socioeconômica imperante no início do século XXI expressa a dinâmica econômica consolidada anteriormente, mas atualiza-se com novos elementos estruturantes, ditados pela então política hegemônica do agronegócio. Esta significou, para o Vale do Jequitinhonha, o aprofundamento do processo de criação dos nômades da terra, que vagam por todo o sertão mineiro.

[...] Quando os conflitos pela terra foram se tornando mais frequentes nos corres dos últimos anos, isto não ocorreu somente porque a sociedade se abriu, também porque a velha ordem desabou. Pouca coisa ficou para colocar no seu lugar, a não ser sua lembrança, resistente ao esforço de construir uma cidadania. É tão grande o seu peso que o sindicalismo e movimentos populares organizaram-se em áreas camponesas [...] agindo junto às multidões de excluídos da terra que perambulam nas cidades e vilas do Norte e Nordeste de Minas (RIBEIRO, 1994, p. 40).

A análise do processo de expropriação da terra nos permitirá desnudar a atual dinâmica de subdesenvolvimento, vivenciado sobremaneira no campo. Serão desvendadas as revoltas ora invisíveis, ora silenciadas, individuais ou coletivas, que resultam na produção de “trabalhadores nus”, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei como possuidores de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

Compreender o lugar socioeconômico que a questão agrária ocupa na atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista nos ajuda a desvendar o patamar da disputa, entre as frações das classes dominantes e o trabalho, pelo excedente econômico, exacerbando a essência da política social nos dias de hoje e, principalmente, seu papel na luta dos trabalhadores e na dominação do capital. Com efeito, o alcance e o escopo das políticas sociais são sensivelmente restringidos na configuração histórico-social em que se encontra a economia exportadora da periferia capitalista — a qual, porém, é necessária à sobrevivência de milhares de trabalhadores, sobremaneira em regiões como o Vale do Jequitinhonha.

¹⁵ Estes são nomes pelos quais os camponeses se autodefinem, e aparecem em obras literárias como *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.

1.5 Alguns apontamentos sobre a política social: um horizonte necessário

A fase de acumulação do capital na periferia latino-americana no século XXI coloca na ordem do dia a imperiosa necessidade das políticas sociais.¹⁶ Sobretudo, como um mecanismo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, “tornada não somente necessária, devido o acirramento da luta de classes, mas possível, com a expansão da extração de mais-valia, fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168). Isso se dá principalmente quando se pensa a América Latina, região em que o desenvolvimento capitalista explicita as particularidades históricas e conforma a superexploração da força de trabalho como *modus operandi* do capitalismo dependente. Se a natureza da dependência latino-americana emana do fato de que foi incumbida a participar no processo de acumulação em geral, alterando a capacidade produtiva do trabalho no exterior, isto centrou-se em uma forma particular de extração de sobretrabalho, dada a situação periférica dos capitais latino-americanos no âmbito mundial: o pagamento de salários abaixo das condições de sobrevivência dos trabalhadores.

Imersas nesse processo de desvendamento da realidade social, que, segundo Marini (2011), tem como elemento básico a modernização da América Latina pautada na contraditória relação de subordinação ao mercado externo, é que se localizam as políticas sociais. Essa perspectiva engendra tanto os limites quanto o potencial político-emancipatório dessas políticas. Daí a importância de compreender o lugar da questão agrária na atual fase de acumulação do capital financeiro na periferia capitalista, uma vez que há, nessa região, um fortalecimento da economia agroexportadora. Essa alternativa, adotada pelas classes dominantes na América Latina para compensar suas perdas nas relações internacionais, só foi possível devido à superexploração da força de trabalho. Da dialética do desenvolvimento e da dependência na América Latina, resulta um aspecto central para o entendimento da questão

¹⁶ Concordando com Beatriz Paiva (2009), entendemos a política social como uma dimensão constitutiva do Estado capitalista, portanto, de sua intervenção, desde a transição à sua fase monopólica, nas décadas iniciais do século XX, cujos primeiros vínculos transitam “numa unidade contraditória — entre as esferas da produção e da reprodução social”. Isso porque as determinações estruturais são tipificadas quando esclarecidas as funções que assumem no financiamento de parte do capital variável, socializando os custos econômicos de reprodução da força de trabalho, seja pela regulação salarial, seja pela subvenção de bens e serviços necessários à satisfação dos meios de vida. Mas são também produto da luta de classes, como parte do processo de disputa do excedente econômico expropriado das massas.

social: qual é o papel da superexploração da força de trabalho na compreensão das políticas sociais na periferia capitalista? De acordo com Beatriz Paiva e Nildo Ouriques (2006), a construção das políticas sociais na América Latina encontra-se obstaculizada pela perpetuação da dependência.

Nesse sentido, há que se destacar outro determinante das políticas sociais, dialeticamente contraditório, cuja implementação resulta historicamente da luta da classe trabalhadora por direitos sociais. Ora, se por um lado as políticas sociais foram financiadas pelo excedente econômico do capital em seu estágio mais dilatado, por outro lado, significaram respostas à luta política dos trabalhadores; portanto, adquirem uma dimensão não apenas econômica, mas também política.

Logo, quando o potencial político-emancipatório das políticas sociais na América Latina é questionado, há que se pensar a crítica aos mecanismos de produção e extração de mais-valia no continente. É a partir disso que podemos inferir as especificidades da política social, delineadas nos marcos do subdesenvolvimento e de uma economia dependente. Assim, as políticas sociais, de um lado, circunscrevem-se no processo de disputa política pela redistribuição do excedente econômico real, historicamente expropriado das massas, uma vez que não se limitam a amortizar os conflitos ou as manifestações mais agudas da pobreza por meio da oferta de serviços básicos. De outro, são também um instrumento de transformação social que organiza as massas segundo seus interesses essenciais, embora estes não portem, por si sós, a capacidade de transformação societária.

Entretanto, ao confrontar o horizonte político-emancipatório das políticas sociais com a condição na qual elas se encontram assentadas na América Latina, evidenciam-se seus limites, mais que em qualquer outro contexto, em função da natureza da extração da mais-valia, via superexploração da força de trabalho. Como trabalhado por Paiva e Ouriques (2006, p. 172), a política social subordinada a essa lógica “reproduz igualmente as situações desde fora, e o esboço de proteção social permitido não vai além de ações focalistas e pontuais, somente ofertadas em situações extremas”. De modo que a “expropriação de parte substantiva do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho desde a apropriação maior do trabalho excedente” coloca as políticas sociais como horizonte necessário à reprodução das massas exploradas (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 174).

Assim, ao aprofundar o pacto da economia do agronegócio, aviltado na atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista, a especificidade das políticas sociais na América Latina é redimensionada como um mecanismo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho. Esse mecanismo é essencial, na medida em que a exploração

da força de trabalho dos camponeses é acentuada naquilo que constitui a particularidade capitalista no continente: as condições desumanas de pagamento de um salário incompatível com a sobrevivência mínima dos trabalhadores. Isso se reflete também no direcionamento das políticas públicas agrícolas e agrárias, na perspectiva definida pelo mercado internacional de *commodities*. Dessa forma, as políticas corroboram com o aumento da concentração fundiária e a “expulsão” dos camponeses de suas terras.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), ao discutir dados referentes ao cadastro do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), revela como a concentração fundiária atual reflete um processo histórico de apropriação e monopólio da terra por poucos. Tal concentração é entendida não como excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista, mas ao contrário, como parte constitutiva do capital que se desenvolveu no país. Segundo dados do INCRA, em 1972, de um total de 3.387.175 imóveis, 50.548 representavam a grande propriedade, apenas 1,5% ocupando uma área de 193.749.742 hectares, ou seja 51,4% de uma área total de 370.275.187 hectares. Já em 1978, de um total de imóveis de 3.071.085, 56.546 representavam a grande propriedade, equivalente a 1,8% dos imóveis, ocupando uma área de 246.023.591 hectares, ou seja, 57% de uma área total de 419.901.870 hectares. No contraponto, os pequenos produtores rurais detinham uma área inferior a 100 hectares, que, no mesmo período em 1972, representavam 2.905.416 ha, equivalente a 85,8% das terras, detendo apenas 17,5% da superfície agricultável. Em 1978, esses pequenos agricultores representam 83,8% do total de imóveis, equivalentes a 2.581.838 ha, ocupando uma superfície agricultável de 14,8%: apenas 59.939.629 hectares.

Os dados acima revelam como a modernização da agricultura veio acompanhada da crescente concentração fundiária, alterando o índice de Gini, que passou de 0,836 em 1972 para 0,854 em 1978.¹⁷ Porém, a cada nova conferência de imóveis, os dados sobre estrutura fundiária se repetem. Os mais recentes são de 2003, presentes no II Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo Luiz Inácio Lula da Silva (SAMPAIO, 2003). Nesse plano, a grande propriedade representa 1,6% dos imóveis rurais, ocupando 43,7% de um total de 420.345.382 hectares; enquanto isso, as pequenas propriedades representam 85,2%, ocupando 20,1% da área. Ou seja, o crescimento abissal do latifúndio continua vigente, porém acompanhado de um tímido crescimento das pequenas propriedades, diferentemente do processo de diminuição presente nas décadas de 1970 e 1980. Oliveira (2007), ao lançar mão desses dados, ressalta que a diminuição dos latifúndios ocorreu em razão de medida

¹⁷ O índice de Gini mede o grau de concentração de renda e varia de 0, que significa sem desigualdade, a 1, que significa plenamente desigual.

administrativa do Incra, que cancelou e expurgou do cadastro 1.899 imóveis, que ocupavam uma área de 62,7 milhões de hectares.

Mesmo assim, esses dados revelam a brutal concentração fundiária na atualidade. Ainda segundo dados do Incra, o Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares, sendo 420 milhões a área dos imóveis cadastrados no Incra, totalizando 4,2 milhões de imóveis; destes, a área média nas grandes propriedades é de 2.700 hectares, ao passo que, nas pequenas propriedades, é de apenas 25 hectares, mais de cem vezes menos. Essa exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros. Vale ilustrar que, como fruto desse processo de aprisionamento da terra pelo grande capital, havia em Minas, segundo dados do MST, 415 mil famílias sem terra só na primeira década do século XXI.

Por fim, afirmamos que a atual fase de acumulação na periferia capitalista, como ocorre na subdesenvolvida economia brasileira, acirra a questão agrária e compele-nos a mirar a base na qual tal acumulação está assentada: o agronegócio. Mas observar a reprodução de tais relações em um universo estratégico, o Vale do Jequitinhonha, coloca para nós um paradoxo de análise. Se por um lado a população rural do Jequitinhonha viu suas condições de vida serem pioradas historicamente, subordinando a força de trabalho numa dinâmica de expropriação não apenas de suas terras, mas de suas condições subjetivas de reprodução, dilacerando costumes tradicionais, na medida em que os deixou órfãos de terra e trabalho; por outro lado, esse processo só foi possível devido à atuação do Estado como sustentáculo da expansão do agronegócio no campo, expresso na então política hegemônica de produção agrícola no país. Essa lógica, que se espalhou pela economia nacional, faz-se presente em todos os grotões e veredas, subjugando toda e qualquer forma de reprodução social. É sobre esse fértil campo de pesquisa que nos debruçamos no capítulo a seguir.

2 O VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE A RESISTÊNCIA E A SUPEREXPLORAÇÃO

A ocupação populacional do território mineiro ocorreu com discontinuidades temporais e geográficas, atrelada à disponibilidade de recursos e às alternativas econômicas de cada época. Entretanto, os vários surtos de ocupação territorial estiveram sempre ligados à busca dos recursos minerais e posteriormente, agrícolas e pecuários, com a produção voltada para a exportação (DINIZ, 1986).

Assim ocorreu no nordeste do estado, o sertão mineiro, como também é conhecido o Vale do Jequitinhonha.¹⁸ A região possui uma diversificada e ampla história de ocupação territorial, que desde o início atendeu aos anseios do projeto de desenvolvimento capitalista brasileiro e internacional.

Neste capítulo, iremos analisar as raízes do subdesenvolvimento no Jequitinhonha, sobretudo no campo, pois, dos 737.516 habitantes da região, 276.704 vivem na área rural. Desses 37,5% da população total, 72.729 pessoas, segundo o IBGE (2010), encontram-se em situação de extrema pobreza.

Tecer reflexões sobre essa região que viu seus filhos serem superexplorados nas indústrias canavieiras e suas riquezas minerais serem saqueadas, às custas de um dito “desenvolvimento” que se expressa na vida dos sertanejos justamente ao contrário, não é uma tarefa fácil, pois também é a história daqueles que resistiram, que travaram lutas pela defesa de suas terras e de seus costumes — isto é, da resistência camponesa ao avanço brutal do capital.

Portanto, o que se encontrará neste capítulo são relatos, vivências, depoimentos sobre a história dos nômades da terra no sertão mineiro, num contexto histórico de consolidação de um projeto que ficou conhecido como a “modernização agrícola”. Esse projeto, nas décadas de 1970 e 1980, marcou a ferro e fogo a carne e a memória dos camponeses que vivenciaram as migrações e as constantes perdas.

Ainda que a química agrícola e a biologia industrial não tenham adentrado os latifúndios do Baixo Jequitinhonha, que preferiram seguir com a pecuária extensiva; e ainda que a lógica de produção incutida na modernização agrícola tenha encontrado entraves nas

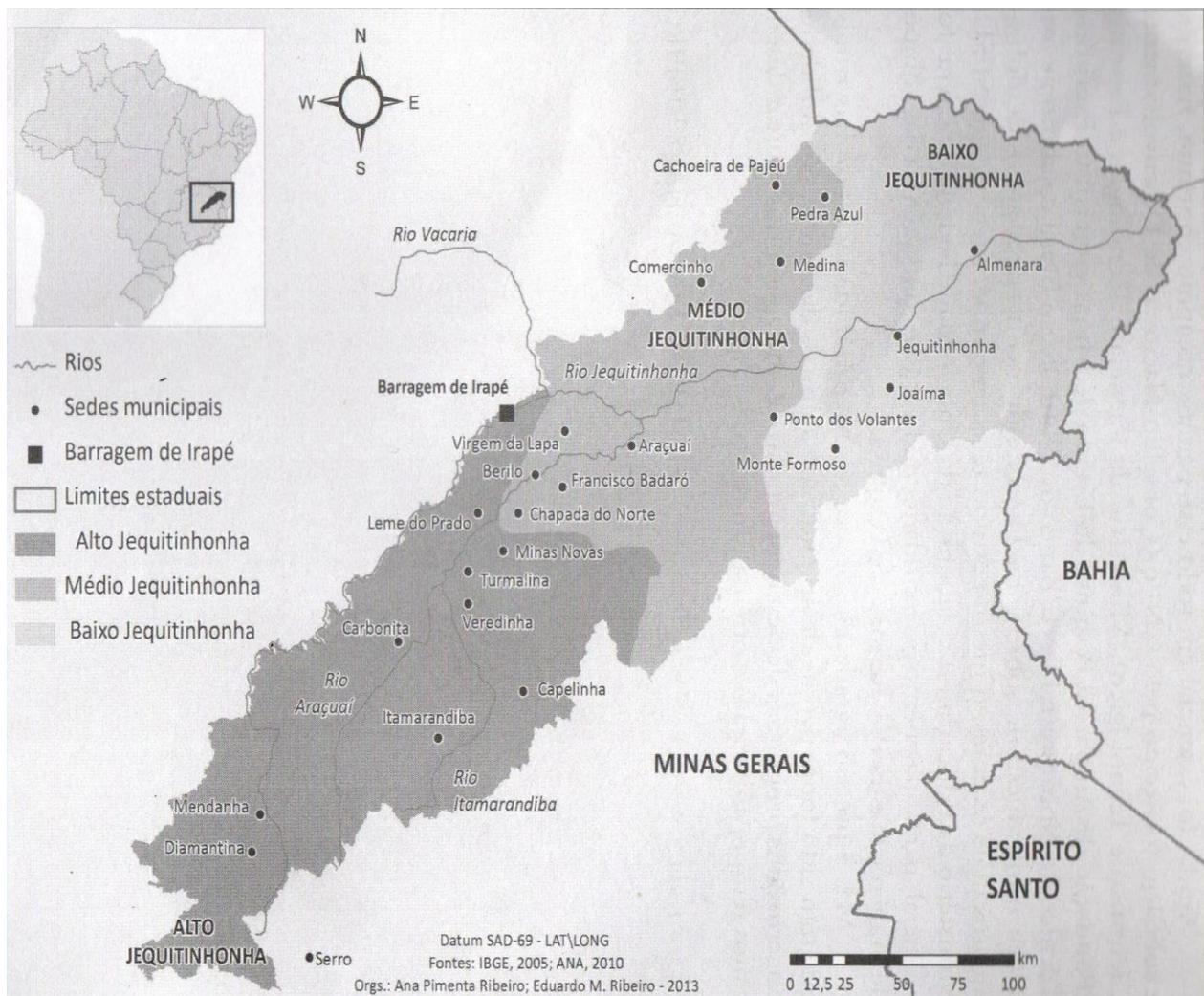
¹⁸ Há na literatura corrente uma concepção do sertão impressa pela lente europeia, com claro sentido de dominação pretendido nessas áreas por parte dos colonizadores. “Esta perspectiva analítica, no mínimo ahistórica, não percebe a paisagem sertaneja como produto não só de dois séculos de colonização européia, mas também de milhares de anos de interação de outros povos com o cerrado” (RIBEIRO, 1997, p. 32). Neste texto, partimos da perspectiva analítica do termo “sertão” segundo as inter-relações entre população e cerrado, bioma predominante no sertão, este como espaço de (re)produção de práticas e tradições socioculturais.

relações sociais reproduzidas nas pequenas propriedades camponesas do Alto e Médio Jequitinhonha, todo o Vale sofreu severas transformações.

Tal processo deixou cicatrizes que por um longo tempo sufocaram aquela população, mas nunca foram suficientes para calá-la. Seus ecos de resistência e luta devem ser propagados aos quatro cantos do país, como forma de compor o universo da memória coletiva sobre a história das resistências invisibilizada pela história hegemônica dominante. A história das resistências, desde sua própria linguagem, significação e expressão, guarda em si nossos anseios de classe, historicamente esmagados sufocados.

Conforme o Mapa abaixo, podemos visualizar os municípios que compõem todo o Vale do Jequitinhonha, vez que constitui-se de três grandes micro-regiões, facilitando a compreensão espacial do território.

Figura 1 – Mapa do Vale do Jequitinhonha



2.1 Dos geraes, das veredas e das grotas

O Vale do Jequitinhonha situa-se no nordeste de Minas Gerais e compreende duas regiões com características geográficas e de colonização bem particulares: a região dos Geraes e a região conhecida como Veredas ou Grotões.¹⁹ De acordo com Silva (2000), há no mínimo um século de diferença entre a mineração no Alto Jequitinhonha e a pecuária (na abertura das últimas fronteiras regionais) no Baixo Jequitinhonha. Em larga medida, esse fato determinou uma região extremamente diversificada, tanto pela historicidade do povoamento quanto pela caracterização do quadro geográfico e das atividades que ali se desenvolveram.

O Rio Jequitinhonha foi a principal via de migração e fixação do povo: suas margens abrigavam pessoas que vinham de vários lugares, especialmente a Bahia, o litoral e o Nordeste do país. Muitos desses migrantes fugiam da decadência econômica da zona de mineração no Distrito Diamantino, contrariando todas as interdições do tráfego pelo rio, num momento em que era proibido o assentamento de colonos nas regiões diamantíferas, impostas pela demarcação do Distrito. Essas restrições foram compiladas no temível Regimento Diamantino ou Livro da Capa Verde.

Foi apenas em meados de 1804 que o Rio Jequitinhonha teve sua abertura definitiva, ainda assim cercada de cuidados com bases militares em quase todo o seu curso, sendo este o principal fator que dificultou e retardou o processo de colonização do Médio e Baixo Jequitinhonha.

A região do Alto Jequitinhonha, formada pelas terras irregulares do planalto, de vegetação típica do cerrado, conhecidas como Veredas ou Grotas e pelas chapadas, foi a primeira a ser colonizada. Essa importante região do século XVIII, marcada pela extração mineral, abrigou alguns dos principais pontos de extração de ouro e diamante do país. Eduardo Graziano e Francisco Graziano Neto (1983), ao estudar a agricultura no Alto Jequitinhonha, pontuam como principal elemento de análise a apropriação e o usufruto da terra com base em um peculiar modo de produção agrícola camponesa. A agricultura de subsistência denominada de *roça* era predominante nessa região, realizada nas partes planas e úmidas, com o cultivo de diversas espécies destinadas à alimentação da unidade familiar.

¹⁹ O Jequitinhonha foi delimitado oficialmente em 1966, para efeito de atuação da Codevale, órgão criado com intuito de desenvolver economicamente a região. Em 1990, o IBGE passou adotar o conceito de *microrregiões geográficas*, que compõem as *mesorregiões*, que apresentam especificidades na organização do espaço segundo dois indicadores: a estrutura de produção e a interação regional (IBGE, 1991). Na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, há três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.

Havia também as partes apropriadas individual ou familiarmente, conhecidas como as *mangas*, destinadas à *solta do gado* e dos animais de carga. Combinavam-se, assim, tanto terras de uso privado — da lavoura e moradia — como terras de uso comum — para a criação de animais e colheita de frutos.

Portanto, ainda que utilizadas por indivíduos isolados, essas áreas permaneceram coletivas ou *comuns*. O usufruto das terras da chapada era coletivo ou socializado, de modo que qualquer chapada mais rica em frutas ou plantas medicinais era utilizada indistintamente por indivíduos de outra chapada e comunidade (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983). Da necessidade de convivência direta com a natureza emanam comportamentos culturais essenciais para a reprodução social das comunidades. Destes, o uso social da água torna-se o mais expressivo e foi objeto de amplas pesquisas (GALIZONE, 2005; FREIRE, 2001). No Alto Jequitinhonha, as cabeceiras ou nascentes dos rios, denominadas como *capão*, são áreas sagradas, devendo ser conservadas a qualquer custo, uma responsabilidade compartilhada por todos. Não por acaso, alguns conflitos levados à Justiça dizem respeito à utilização de nascentes de água, os *minadouros*.

O Baixo Jequitinhonha é a região conhecida como Geraes, marcada por terras planas e baixas. Fica na margem direita do Rio Jequitinhonha e tem vegetação remanescente da Mata Atlântica. A maior parte da margem esquerda está sob influência do semiárido, que se prolonga do sertão baiano sobre uma parte de Minas, mas hoje já foi totalmente substituída pelas pastagens nas grandes propriedades pecuaristas.

Desde o início de sua ocupação, em meados do século XIX, o Baixo Jequitinhonha foi marcado pela criação de gado com o objetivo de abastecer o ciclo da mineração. Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, houve a expansão das pequenas cidades na região, principalmente pela população ribeirinha às margens do Jequitinhonha.

Concomitante às atividades de mineração e agropecuária voltadas para a exportação, foi se estabelecendo uma diversificada agricultura de subsistência, necessária tanto para as populações envolvidas nas atividades de mineração, que já entrava em decadência, quanto para a pecuária, responsável por um acentuado incremento populacional na primeira metade do século XX no nordeste mineiro. Outro aspecto determinante no processo de povoamento do Baixo Jequitinhonha foram os enfrentamentos entre brancos e índios. Os relatos dos viajantes que por ali passaram no início do século XIX mostram as condições de vida da população indígena, sempre ressaltando suas “características bárbaras”. Saint Hilaire (1975) em seu livro *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, assim define os

índios: “desgraçados, vivendo no presente, unicamente ocupados de suas necessidades materiais, muito inferiores a nós, e dignos por isso mesmo, de toda nossa compaixão”.

Essa compaixão, por vezes, se traduzia na catequese dos índios pelos missionários religiosos que estavam nos aldeamentos. Estimulada pelo governo imperial, a catequese tinha como tarefa adaptar os índios ao mundo cultural dos brancos. A Dita política de “civilização” européia acabou por contribuir com sua dizimação como povo, etnia e nação. Mas não sem resistência. Os enfrentamentos entre os brancos e os índios eram constantes, acelerando o extermínio da população indígena.

Os índios habitavam as terras do que foi denominado de Médio e Baixo Jequitinhonha; eram eles povos originários pertencentes a este território, muito antes da ocupação europeia com fim mercantil a partir de 1.800. De acordo com a pesquisa de Luis Santiago (2010) havia três principais nações ali: a nação Borun — os temidos botocudos, que estavam divididos entre as famílias cracmuns ou craquimós, naquenenuques, bakuês e aranãs; a nação Maxacali, a única que não foi totalmente dizimada, que estava dividida em pataxós, cumanaxós, monoxós, tocoiós, macunis, malalis e panhames; e os mongoió-camacã. Houve uma guerra declarada contra todas essas nações indígenas, acirrada com a vinda definitiva da corte portuguesa ao Brasil, resultando na dizimação de seus povos e tomada de suas terras.

Nesse sentido, ao estudar o histórico processo de expropriação da terra no Vale do Jequitinhonha, não há como não retomarmos, ainda que brevemente, os primeiros povos originários a serem expulsos e dizimados desse território: os indígenas.

A pesquisadora Sônia Marcato (1980) realizou um interessante estudo sobre três nações indígenas que habitavam o Vale do Jequitinhonha três principais grupos étnicos ali: Krenak, Maxakali e Xakriabá. Analisando esses três casos, a autora estabeleceu a gênese dos conflitos que acabou por exterminar essas nações: dos conflitos pela terra emergiram as relações sociais e políticas, sob o jugo do monopólio da terra, que consolidaram o processo histórico de dizimação indígena.

Cabe reforçar esta originária questão social contemporânea arraigada na formação sócio histórica do Brasil: os povos originários foram e são um dos grupos menos favorecidos no acesso à política pública e social. A pesquisadora Sônia Marcato (1980) demonstra que, a partir de 1872, não há relatos do índio no Vale do Jequitinhonha, supondo que os índios já não ofereciam tanta resistência como outrora à invasão de suas terras.

A política de dizimação dos índios desenvolvida na província de Minas Gerais nasceu atrelada ao movimento expansionista do século XIX, ocasionada tanto por frentes internas, na sua maioria oriundas da decadência do ciclo de mineração tradicional que se punham em

busca de outras alternativas econômicas; quanto por correntes migratórias vindas de capitanias e províncias próximas (Bahia, Espírito Santo, Goiás). Essa política surgiu para “proteger” uma peça incômoda e resistente que, apesar de tudo, deveria ser salvaguardada por meio da legislação. Entretanto, o que se pretendia era integrar de forma subordinada/domesticada os povos originários à sociedade nacional, incorporando-os à força de trabalho regional, uma vez que a escravidão estava com os dias contados, dada a nova fase monopolista do capitalismo

Com o declínio da mineração desde meados do século XVIII, houve um movimento dos fluxos migratórios em busca de outra atividade econômica, dando origem à pequena produção camponesa. Travou-se então uma luta pela posse e defesa da terra, cujas forças sociais em jogo impunham determinado nível, para mais e para menos, na expansão e no domínio da terra pelos grandes proprietários.

Resumidamente, podemos definir dois momentos de povoamento da região: 1) a ocupação do Alto Jequitinhonha e pequena parte do Médio no fim do século XVII e ao longo do século XVIII; e 2) a ocupação da quase totalidade do Médio e do Baixo Jequitinhonha, ao longo dos séculos XIX e XX, marcada pela pecuária que se estendia desde o São Francisco até o Baixo Jequitinhonha.

Segundo Graziano e Graziano Neto (1983), as relações sociais que se consolidaram a partir do século XVIII foram sempre mediadas pelo predomínio dos grandes proprietários sobre a pequena propriedade, o que impôs à maioria da população camponesa severas condições pretéritas de reprodução socioeconômica no Vale do Jequitinhonha. Isso se conectou a uma gama de outros determinantes, como o processo de destruição ao longo do tempo das matas naturais conhecidas como *campos comuns*, que eram as áreas de chapada utilizadas por todos moradores para a solta de animais, sobremaneira no Alto Jequitinhonha.

Já no Baixo Jequitinhonha, foi a pecuária extensiva que engoliu toda a vegetação nativa, entre fins do século XIX e meados do século XX, transformando a paisagem que antes se encontrava sob o domínio da Mata Atlântica em *mangas* de pasto.

Por fim, no Médio Jequitinhonha, com uma vegetação que associa áreas de matas secas e cerrado, baseadas em uma estrutura fundiária marcada pelo complexo latifúndio-minifúndio. Nessa região coexistem organizações de lavradores (pequenos garimpos com um trabalho bastante rudimentar, sem uso de máquinas ou outras tecnologias para a extração do minério) e grandes fazendas de gado, em disputa constante pelo espaço fundiário e produtivo.

Os conflitos pela terra, travados pelos trabalhadores na região constituíram-se, desde o povoamento, como elemento central. Tinham como pano de fundo o avanço do latifúndio

sobre as pequenas propriedades, uma vez que a expansão das propriedades fundiárias significava o aumento não apenas dos domínios territoriais, mas do poder social e político que a propriedade privada da terra concedia ao latifundiário. Assim, dominar a terra era uma condição primeira para dominar os homens e todo o processo produtivo da pequena produção camponesa. A consolidação dessa estrutura agrária, assentada nos grandes latifundiários, amalgamada à natureza da economia rural brasileira, acabou por solidificar uma formação socioeconômica brasileira subdesenvolvida e, principalmente, condenou à marginalidade a pequena propriedade no país (PRADO JR., 1979).

2.2 O início do mau encontro: invasão do estranho x resistência camponesa

Em Minas Gerais, a intensificação da produção e exportação de *commodities*, sobretudo a partir do século XXI, tem aprofundado os conflitos agrários, a exemplo dos reflorestamentos de eucalipto, da construção de hidrelétricas nos Vales do Rio Doce e do Jequitinhonha, das atividades mineradoras na região metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Jequitinhonha e da expansão das fronteiras agrícolas sobre o cerrado no Triângulo Mineiro.

Todo esse processo foi determinante na formação de uma miríade de conflitos agrários envolvendo camponeses, pescadores, comunidades indígenas, quilombolas, movimentos sociais contrários aos interesses de latifundiários, companhias mineradoras, siderúrgicas produtoras de celulose e distribuidores de energia elétrica.

Esses conflitos emergem da contradição inerente ao modelo de desenvolvimento imposto às economias dependentes e subdesenvolvidas em toda a América Latina, do qual o Brasil não foi poupado. Tal modelo, por se nutrir da intensa expropriação dos recursos naturais e da superexploração da força de trabalho, implicou alterações nas condições de reprodução socioeconômica da sociedade, sobremaneira dos camponeses.

Nesse sentido, François Chesnais e Claude Serfati (2003, p. 44) afirmam que a guerra travada pelo capital com o intuito de arrancar o camponês da terra, que submete a atividade agrícola inteira e exclusivamente à busca pelo lucro, vive, na atualidade, fundado no novo padrão de produção e das formas sociais de dominação que lhe são próprias: “são resultado dos efeitos cumulativos dos mecanismos sectados pelo funcionamento, há décadas, do modo

de produção capitalista e da dominação contemporânea renovada e quase sem limites do capital financeiro”.

Surge nesse cenário, imerso no processo de mundialização do capital, uma nova divisão internacional do trabalho, definida pelos níveis tecnológicos de produção e pelas relações de trabalho dominantes. Cabe, então, aos países que não lograram ampliar seu nível tecnológico no mercado global da economia capitalista inserir-se nessa divisão, principalmente pela essência rentista dessa atual fase de acumulação de capital, na qual a mercantilização da água, da terra e dos recursos oriundos do subsolo é monopolizada pelos grandes capitalistas.

Diversos conflitos são acirrados entre camponeses e grandes empresas e/ou Estado nesse contexto. Andréa Zhouri e Marcos Zucarelli (2010) analisaram alguns deles, em função da apropriação da terra entre 2000 e 2009. Traçaram um panorama dos reflexos da inserção do nordeste mineiro, de forma cada vez mais acentuada, na dinâmica de mundialização do capital. De acordo com os autores, a inserção de economias locais no mercado global foi facilitada, sobretudo, pela formulação e implementação de políticas neoliberais desde a década de 1980.

Todavia, esse processo foi acompanhado pela apropriação e expropriação dos recursos naturais, principalmente da terra, das mais diversas formas: mineração, monocultura, empresas de energia. São esses “estranhos”, em sua maioria empresas transnacionais ou estatais, que se espraiam por todo o Vale, invadindo as terras do Jequitinhonha.

A análise dos processos de expropriação da terra dos camponeses no Jequitinhonha nos limiares dos séculos XIX e XX já foi amplamente discutida em diversas pesquisas. Margarida Moura (1988) e Maria Aparecida Silva (1998) realizaram profundos estudos sobre os mecanismos jurídicos no processo de tomada das terras no Jequitinhonha. Portanto, não nos deteremos a esse aspecto, uma vez que o que nos interessa compreender é o processo de recrudescimento da questão agrária no século XXI no Jequitinhonha.

Entretanto, cabe ressaltar que esse processo esteve imbricado aos projetos de modernização em curso no país durante os anos de 1960 e 1970. A expropriação que culminou na tomada de terra e no aviltamento das condições de reprodução camponesa não ocorreu pela violência aberta, mas ao contrário, deu-se pela violência institucional no bojo das determinações do Estado brasileiro.

Moura (1988) assinala que uma das primeiras medidas jurídicas desse período foi o Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, visando à *modernização agrícola* via expansão da tecnologia empregada no campo e aumento da

produtividade. Logo depois, em conformidade com o Estatuto da Terra, foi promulgada a Lei nº 4.278, em 21 de novembro de 1966, pelo estado de Minas Gerais, que instituía a Rural Minas. O objetivo era regulamentar os projetos de colonização e desenvolvimento rural no estado, conforme expresso no artigo 7º: “fica a Fundação [Rural Minas] investida do poder de representação do estado na legitimação da propriedade e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas” (RURAL MINAS, 1980). À medida que a lei se mostrava a favor dos posseiros, pois visava à tal justiça social, tornava-se cada vez mais conhecida. Entretanto, a fina maquiagem em defesa da igualdade (nos marcos da ditadura militar) encobria as profundas injustiças daquela lei. A maioria dos posseiros, não podendo arcar com as despesas impostas pela lei, venderam suas terras às grandes companhias estatais ou privadas de reflorestamento.

De acordo com o jornal *Geraes*, um dos poucos veículos de comunicação no Jequitinhonha nas décadas de 1970 e 1980 e em meados de 1990, chegava à região, em 1966, uma Comissão de Desenvolvimento, conhecida como Codevale. Essa comissão nascia do seio da Rural Minas, com o objetivo de povoar o Jequitinhonha e promover nele o desenvolvimento rural. Na esteira desse processo é que se consolidou o esfacelamento de todas as relações que ainda se pautavam no “direito costumeiro” de posse da terra comum.

José de Souza Martins (1993) relembra que a grande expansão territorial do capital a partir de meados do século XIX, atrelada à crescente importância da renda fundiária, estimulou as expulsões e os despejos das terras. Esse processo era totalmente avesso à criação de qualquer direito que resguardasse o agregado ou posseiro. Ao agrupar “num direito único a posse e o domínio da terra”, expressa ora pelo latifúndio, ora pelas empresas de reflorestamento, ou mesmo pelo Estado, negou e desconsiderou o direito costumeiro (Martins, 1993, p. 68). Segundo o autor, é justamente aí que se confrontam duas tendências opostas, a agricultura camponesa tradicional, de um lado, e, do outro, o desenvolvimento capitalista.

O uso comum de terras e recursos naturais era frequente nas áreas de pequenas unidades camponesas; entretanto, tornou-se secundário em razão da hegemonia da produção na fazenda. Com isso, o conhecimento sobre costumes locais e sistemas de produção acabou sendo considerado retrógrado e arcaico. As legislações que passaram a vigorar na região contrapunham-se ao direito costumeiro de uso das terras. Esse direito se apresentava como obstáculo à expansão das inovações agrícolas e do mercado da terra, portanto, foi atacado e extinto com a anuência e o recurso do Estado.

Coube ainda à Rural Minas outra importante função, que se opunha aos interesses dos pequenos produtores: a criação dos distritos florestais, que, segundo essa instituição, se

configuravam em áreas “ecológica e economicamente estabelecidas para a produção florestal, com fins nobres, principalmente o industrial, em áreas devolutas do Estado e inteiramente desocupadas e inapropriadas” (MINAS, GERAIS, 2011). Para a pequena produção agrícola camponesa da região, tais distritos significaram a perda de áreas antes utilizadas. Assim foram consolidados, a partir de 1970, cinco distritos florestais em Minas Gerais: no Vale do São Francisco, com aproximadamente 4.000.000 ha plantados; no Centro-Oeste, com 2.000.000 ha; no Triângulo, com aproximadamente 4.000.000 ha; no Rio Doce, com 4.000.000 ha; e, o maior, no Vale do Jequitinhonha, com 6.000.000 ha plantados.²⁰

As terras utilizadas para as áreas de reflorestamento no Jequitinhonha, ditas *desocupadas e inapropriadas* para a agricultura, englobavam a área da região de chapadas e do cerrado, majoritariamente no alto Jequitinhonha. O uso comum dessas terras constituía-se no bojo dos costumes determinados pela cultura rural ali desenvolvida, como um dos elementos essenciais para a reprodução das condições socioeconômicas do campesinato no Jequitinhonha.

Entretanto, a reprodução de tais relações preestabelecidas coletivamente foi ignorada pelas empresas, principalmente de eucalipto, que tinham como escopo a Codevale. As empresas desconsideraram o uso comum dessas chapadas, transformadas, desde 1970, em áreas para reflorestamento ambiental. Em relato ao jornal *Geraes* em 1978, o então diretor-geral da Codevale, Gilberto Goulart Pessoa, explicitou a relação dessa instituição com as companhias de reflorestamento:

as companhias se preocupam com o plantio do eucalipto, visando a sua industrialização, seja sob a forma de carvão, seja sob a forma de celulose, madeira. Os projetos que eu conheço todos preveem o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Quando eu digo agropecuária me refiro à agricultura e pecuária destinada não somente ao abastecimentos dos núcleos criados, como também à comercialização. Em qualquer projeto da Acesita, da Vale do Rio Doce, da Suzano, da Cia Agro Florestal Santa Bárbara, ligada à Belgo Mineira, da Mannesmann Agro Florestal, vocês vão verificar que eles preveem a preservação das chapadas grotas, que são justamente as áreas cultivadas pelos posseiros. [...] O posseiro cultiva a grotas, onde há água. A chapada ele não cultiva, deixa no máximo poucas cabeças de gado, então vem a companhia reflorestadora, entra em contato com esse posseiro e se dispõe a comprar dele a chapada, preservando aquela área que ele efetivamente cultiva. É o que está dito nos projetos.

Mas esse cenário, circunscrito nos projetos de modernização da agricultura brasileira, de que o Vale do Jequitinhonha fez parte, como observado na fala do diretor da Codevale, revelou justamente uma realidade contrária quando confrontado com os relatos dos camponeses do Jequitinhonha.

²⁰

Estes dados foram retirados da edição número 7 do *Jornal Geraes*, de outubro e novembro de 1979.

O que houve na região foi um intenso processo de grilagem da terra que refletiu na fragmentação do modo de vida secular camponês, assentado nas relações homem-natureza e no direito costumeiro da terra comum. Houve também redução da biodiversidade, o que elevou a pressão pelo consumo dos recursos hídricos e ensejou a expulsão dos camponeses.

Essas terras foram sucumbidas em aproximadamente quatro décadas, engolidas pelo fogo nas chapadas, pelas motosserras, pela destruição dos *capões*-nascentes de água e pelas máquinas de terraplanagem. O Estado, ao definir esse território como a área dos distritos florestais, negou toda uma história de ocupação da terra, bem como o modo de vida das populações camponesas ali presentes.

Nem mesmo áreas como cemitérios se livraram do nivelamento do solo feito pelas máquinas. De acordo com a pesquisa realizada por Silva (1998), há diversos relatos de cemitérios que desapareceram com a vegetação nativa da região.

Foi esse o marco histórico no qual o Estado expandiu e desenvolveu o direito da propriedade privada sobre a terra no Jequitinhonha. Impôs o reconhecimento da terra, tanto no contexto de criação dos distritos florestais como no processo de legitimação jurídica, consolidando um perverso ciclo de expropriação de milhares de camponeses.

As transformações ocorridas na agricultura brasileira em meados de 1970 deixaram marcas profundas na forma de reprodução camponesa no Jequitinhonha.

Essa realidade foi contada pelos trabalhadores rurais ao jornal *Geraes*. Um agricultor descreveu o cenário socioeconômico em 1978 naquela região. Quando perguntado sobre as razões do crescente êxodo rural no Vale, Wilson José Trindade disse:

é a falta de assistência ao homem do campo, ao agricultor, ao pecuarista. Não existe assistência técnica. O crédito rural que existe é tão irrisório, que conduz o homem do campo a fazer uma ginástica miserável, horrível, pra poder cumprir os compromissos com os estabelecimentos bancários [...]. A fixação do homem do campo ao seu meio só se processará quando houver assistência creditícia, educacional, sanitária e orientação técnica.

Uma das formas de resistência encontradas para permanecer na terra, imposto pelas mudanças no processo produtivo, foi a migração sazonal, ainda que sob altos custos e danos aos trabalhadores.

Os dados sobre a dinâmica demográfica dessa região confirmam os relatos dos trabalhadores rurais. A tabela abaixo nos dá um breve panorama:

Tabela 1 – Migrações no Jequitinhonha

Período	Emigrantes	Imigrantes	Saldo
---------	------------	------------	-------

Baixo Jequitinhonha			
1995/2000	16.540	7.079	-9.461
1986/1991	18.247	6.124	-12.123
1975/1980	48.729	8.554	-40.175
Médio Jequitinhonha			
1995/2000	25.884	9.125	-16.759
1986/1991	25.088	6.755	-18.333
1975/1980	46.423	10.619	-35.804
Alto Jequitinhonha			
1995/2000	22.665	8.231	-14.434
1986/1991	18.023	7.659	-10.364
1975/1980	36.646	9.878	-26.768

Fonte: IBGE apud MATOS e GARCIA (2010).

Segundo dados do IBGE recuperados por Matos e Garcia (2010), houve, entre 1975 e 1980, altas taxas de emigração no Jequitinhonha. Nesses cinco anos, o Baixo Jequitinhonha, que era a sub-região mais deprimida em 2014, perdeu 48.729 pessoas; o Médio Jequitinhonha, a região mais populosa do Vale, perdeu 46.423 pessoas; e o Alto Jequitinhonha, 36.646 pessoas. Esses números se reduziram significativamente entre 1986 e 1991 e voltaram a crescer de 1995 a 2000. Esses dados são esclarecedores da intensa sangria populacional na região nas décadas de 1970 e 1980.

Se uma das faces da modernização agrícola foi o êxodo rural, a outra, sem sombra de dúvida, foi os movimentos de organização coletiva, de lutas populares e de resistência a tal processo.

A criação dos sindicatos rurais, a partir de 1975, passou a ser objeto de luta, aos poucos conquistado pelos camponeses em quase todas as cidades do Jequitinhonha. Em 1980, já se somavam 28 sindicatos de trabalhadores rurais no Vale, como relatado em documentos do I Encontro de Dirigentes Sindicais do Vale do Jequitinhonha²¹, ocorrido em fevereiro daquele mesmo ano.

Embalado pelo lema “Terra pra quem nela trabalha e uma reforma agrária radical”, o encontro discutiu as precárias condições do trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha, em decorrência do cultivo do eucalipto e do café, da ganância dos fazendeiros, transformando a

²¹ Este documento encontra-se disponível no Livro Geraes: a realidade do Jequitinhonha (2011)

vegetação nativa em capim, e das empresas de minério. Segundo relatado por agricultores ao jornal *Geraes*, essa era a mola propulsora do processo em que milhares de camponeses se transformavam em boias-frias.

A consolidação dos sindicatos nesse momento histórico foi essencial para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, apesar dos ranços do assistencialismo enraizado ao seu processo de surgimento. Eles foram vitais nas lutas contra o processo de tomada das terras, principalmente quando os conflitos se arrastavam para o Judiciário. Como relatou um dos líderes sindicais à época:

nem sempre o camponês ameaçado de expulsão se dispunha resistir e, especialmente quando estava sozinho, muitas vezes preferia abandonar a terra do que confrontar o fazendeiro. Em outros casos, procurava os sindicatos de trabalhadores rurais, que propunha recorrer à justiça, mas só se busca instância jurídica formalizada da sociedade em situações extremas (RIBEIRO, 2010, p. 198).

Apesar das limitações e dificuldades de atuação, os sindicatos rurais foram imprescindíveis à inserção do debate da reforma agrária na região. A organização dos trabalhadores e a luta pela terra foram tão importantes na região que culminaram na primeira atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Minas Gerais. Cabe lembrar que as primeiras ocupações no estado mineiro, em 1988, foram nas fazendas Trovoadas (Minas Novas/Alto Jequitinhonha) e Aruega (Novo Cruzeiro/Médio Jequitinhonha).

As lutas pela terra eclodiam por todo o nordeste mineiro, e os casos eram cada vez mais denunciados, como mostram os depoimentos abaixo, sobre uma situação ocorrida em Itinga, município formado por pequenas propriedades rurais no Médio Jequitinhonha. Com a chegada de uma grande empresa, a Arqueana Minério e Metais, as já precárias condições de vida da população foram agravadas. A companhia, que oficialmente pesquisava e explorava quatro tipos de minérios (cassiterita, ambligonita, pelalita e lepdolit), invadiu propriedades e destruiu plantações. Assim alguns pequenos agricultores relataram no *Geraes*, em 1980,

sou o líder da comunidade e nós reclamamos é do absurdo da Arqueana, de entrarem nossas matas sem dar satisfação, sem procurar acordo com o proprietário. Chegando ao ponto de encontrarmos no cartório documentos feitos com assinaturas falsificadas dos proprietários da região. Precisamos então lutar. Uma luta sem violências para adquirir nossos direitos. Precisamos viver da terra.

Não sou contra a pesquisa, sei que é minério da nação e a nação precisa dele. O que eu reclamo é dos abusos que a Arqueana faz. Inclusive ela entrou na minha lavoura cortando minhas plantas e prometendo indenização: cento e poucos cruzados. Pelo estrago que fizeram lá, 50 mil cruzeiros num pagava.

Os depoimentos acima expressam a violência sofrida pelos camponeses no Jequitinhonha em meados de 1970 e 1980.²² Amalgamadas a essas violações surgiram diversas formas de resistência e organização coletiva, desde sindicatos e movimentos sociais às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Nesse mesmo período tomou corpo outro importante instrumento de resistência, as manifestações culturais, que se consolidaram como instrumento de questionamento, resistência e, principalmente, identidade do povo. A rica e profunda cultura popular que emanou das entranhas dos sertanejos superexplorados foi e ainda é uma marca viva e presente.

Os festivais populares entoados pelo canto dos sertanejos encontraram na música uma forma de denúncia da opressão que sempre sofreram. Os versos seguintes são de um cantador da região: “povo que vem lá de fora, trazendo a sabedoria, trazendo plantas estranhas, nós aqui não conhecia, comprou a terra do posseiro e pagou com a bicaria, quem era dono da terra, hoje é boia-fria” (POEL, 1986, p. 205).

Se a violência que oprimia os camponeses tentou silenciá-los, a arte lhes deu voz, seja por meio da expressão corporal, nos grupos teatrais que surgiram, ainda ativos na atualidade, seja pelos versos e cantigas tão famosos nos festivais de música. Um deles é o Festivale (Festival de Música do Vale do Jequitinhonha), que surgiu no fim da década de 1970 e se mantém vivo, mobilizando multidões a cada ano.

O fortalecimento da cultura popular segue sendo uma resposta, ou mesmo a voz de todos aqueles que foram sufocados no intenso processo de expropriação de terras no Jequitinhonha. Mas algo é certo: o grito pungente desses errantes ainda ecoa em Minas Gerais, apesar da complexa conjuntura política e econômica que impõe imensas barreiras aos nômades da terra no país. Porém, estas nunca serão intransponíveis. Conflito e resistência sempre estiveram lá, latentes e pulsantes no sertão mineiro.

2.3 As inesgotáveis minas de sofrimento

A mineração fez parte da história de ocupação e povoamento do Vale do Jequitinhonha, sobremaneira o Alto Jequitinhonha, com as lavras de ouro e diamante. Logo

²² Ver em Moura (1988) uma profunda pesquisa sobre os conflitos judiciais por terras nesse período no Jequitinhonha.

depois, a partir do século XIX, foi a produção do algodão no Médio Jequitinhonha e a pecuária no Baixo que aqueceram a economia regional. O escoamento das pedras preciosas, da carne e do algodão ocorria pela navegação no Rio Jequitinhonha até a cidade de Belmonte, na Bahia. De maneira que o Jequitinhonha esteve conectado, desde o início do século XIX, ao mercado mais abrangente, já que parte expressiva da produção era exportada para a Europa.

Essa dinâmica segue reproduzida nos dias de hoje: encontrou fértil campo nos anos de 1970 e 1980 com a difusão dos projetos de desenvolvimento para o Jequitinhonha (GALIZONE, 2005). Zhouri e Zucarelli (2010) realizaram análises sobre a mineração na atualidade, referentes à extração de pedras preciosas e ornamentais, bem como de outros minerais, como lítio e grafita. Em sua pesquisa, ressaltaram como a exploração mineral vem causando diversos problemas para as comunidades próximas a ela. Podemos citar o ocorrido no Médio Jequitinhonha, na cidade de Araçuá, onde foi aberto Inquérito Civil Público para apurar denúncia contra a Granwold Granitos Mundial Mineração e Exportação Ltda. Conforme a denúncia dos camponeses, a pedreira que funcionava dentro da fazenda Laranjeiras estava contaminando o rio e uma lagoa, que os moradores usavam como a principal fonte de água para uso doméstico, além de ser o local onde os animais saciavam sua sede. De acordo com o laudo de vistoria do Instituto Estadual de Florestas (IEF), a exploração do granito funcionava sem a devida licença, e ainda havia ocorrido a supressão da vegetação classificada como mata seca, de vegetação nativa, como a jurema-preta.

Merece destaque também a situação da comunidade de Aredo, no município de Medina (Médio Jequitinhonha). Essa comunidade foi atingida pelas atividades de pedreiras localizadas no município. Sofreu e ainda sofre com rachaduras nas casas, poeira excessiva, assoreamento de córregos e extinção de nascentes, além das dificuldades na agricultura devido à contaminação da água com materiais oriundos das atividades da mineração.

Outro caso que vem chamando atenção e tirando o sossego das comunidades ribeirinhas no Médio Jequitinhonha ocorreu nos municípios de Araçuá e Itinga. A companhia Brasileira de Lítio (CBL) foi denunciada em 2007 pela Associação Rio Piauí Vivo, uma vez que o Rio Piauí, um dos principais afluentes do Rio Jequitinhonha, vem sendo contaminado pela extração do lítio. De acordo com relatos do presidente da associação, a CBL, localizada no povoado Fazenda Velha, possui dragas que captam a água do rio para lavagem do lítio, devolvendo-a ao rio contaminada pelos produtos químicos utilizados no processo de lavagem e por resíduos explosivos. Cabe destacar que todo o lítio produzido no Brasil em 2007 foi proveniente dessa localidade (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2009).

Na pesquisa desenvolvida por Zhouri e Zucarelli (2010, p. 82), há um esclarecedor relato do presidente da Associação dos Pescadores do município de Salto da Divisa, no Baixo Jequitinhonha, sobre as atividades na região:

a mineradora Nacional de grafite foi questionada em audiência pública, realizada em Brasília, devido ao fato de seus resíduos serem altamente tóxicos. Foram feitas barragens de contenção, porém, as mesmas não conseguiram impedir a contaminação do rio. Foram encontrados animais mortos, provavelmente contaminados pelas águas. Técnicos da ANA – Agência Nacional de Águas – fizeram um relatório dizendo que estava tudo Ok. Coisa nenhuma, rapaz! Eu vi com meus próprios olhos que não era assim.²³

Os depoimentos e relatos colocados acima expressam alguns dos diversos casos de apropriação e espoliação dos recursos naturais que estão ocorrendo em todo o Jequitinhonha e que resultam na destruição ambiental e na degradação da qualidade de vida e das condições de reprodução da população.

2.4 A invasão das florestas mortas: o eucalipto

A bem-sucedida articulação entre programas públicos de “desenvolvimento agrícola” e interesses fundiários e agroindustriais resultou na tomada das terras de *uso comum*, na ocupação do desabitado cerrado — que, desse ponto de vista, deveria ser ocupado e, mais ainda, como uma nova fronteira agrícola estruturada para processos produtivos que colocam no lugar do atrasado uso tradicional da terra a ocupação intensiva, propiciada pelas modernas técnicas agrícolas.²⁴

Em um documento do IPEA (1973) sobre o avanço da fronteira agrícola no cerrado, ficou claro que “o aumento da produtividade diluiria os custos adicionais da produção no cerrado, compensando os diferenciais de renda gerados em terras mais férteis”. Havia um arcabouço teórico que dava vasão à modernização da agricultura no cerrado; uma das formas encontradas foram os reflorestamentos com utilização do eucalipto. Passadas mais de quatro décadas, o plantio do eucalipto, que inicialmente se concentrava no Alto Jequitinhonha, é hoje realidade por toda a região.

²³ Segundo a pesquisa, esse depoimento foi colhido na Oficina Mapa, de 5 a 8 de março de 2009, na cidade de Itaobim, Médio Jequitinhonha.

²⁴ Essa ideia, amplamente difundida nos anos 1970 e 1980, de que existia no cerrado mineiro uma população rarefeita encontra-se exposta, entre outros documentos, em Ruralminas (1979).

Grandes empresas estatais e privadas de capital nacional e estrangeiro, como Acesita, Vale do Rio Doce, Suzano, Cia Agro Florestal Santa Bárbara, Belgo Mineira e Mannesmann Agro Florestal, ocuparam diversas terras de *uso comum* nas chapadas para o plantio de eucalipto. Parte dessas empresas, incluindo a ex-estatal Acesita, foram adquiridas pelo grupo multinacional Arcelor Mittal, atualmente Grupo Aperam, que atua no Alto Jequitinhonha com a subsidiária Arcelor Mittal Jequitinhonha. Somente essa empresa opera em uma área contínua de 126.300 hectares, que abrange parte dos municípios de Capelinha, Minas Novas, Turmalina, Itamarandiba e Veredinha.²⁵

A pesquisa realizada por Zhouri e Zucarelli (2010, p. 98) resgatou o depoimento de um representante do sindicato dos trabalhadores rurais, em Capelinha, sobre a aquisição de terras pela Arcelor Mittal: “eles obrigaram o trabalhador a assinar. Eles passam pedindo, exigem a assinatura. Estão limitando as terras e pressionando as famílias. Isso tá acontecendo na região do Fanado, Vendinha, Invernada, Alagadiço, Capão dos Negros e Macaúba”.²⁶ As localidades citadas pelo representante do sindicato rural de Capelinha pertencem ao Alto Jequitinhonha, mas a pressão das grandes empresas pela ocupação da terra ocorre em toda a região. Os impactos desse processo nas condições materiais de reprodução dos trabalhadores são profundos, pois, se por um lado expropriaram as terras dos camponeses, por outro lado, inviabilizaram a permanência deles na região ao restringir o usufruto dos recursos naturais.

A movimentação intensiva do solo nas chapadas assoreou as nascentes, e o uso excessivo de agrotóxicos contaminou as águas superficiais e as terras, acirrando os conflitos causados pela escassez de água e deixando os agricultores que resistiram à invasão ilhados pelo eucalipto em suas pequenas *roças*. Conforme reiterou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Diamantina ao jornal *Geraes* em 2011, sobre o monocultivo do eucalipto, “é uma área enorme. Eu num posso calcular, mas só aqui entre o distrito de Planalto de Minas, Desembargador, Senador Modestino, que era só agricultura hoje ocê quase num vê ninguém, cê vê é só eucalipto, infelizmente”.

Corroborando a situação descrita acima, o coordenador do polo central, que congrega os STR's do Alto Jequitinhonha, e representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (Fetaeng), José Antônio, também expôs seu posicionamento no *Geraes* quanto ao plantio de eucalipto no Vale do Jequitinhonha:

uma coisa eu vou te falar, que a Fetaeng não tem muito o que fazer em cima disso. Porque enquanto a gente tiver o comando do Estado nas mãos dessa gente [...], foi o

²⁵ Informações obtidas no site da própria empresa. Disponível em: <<http://www.acesita.com.br/port/empresa/jequitinhonha.asp>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

²⁶ Entrevista realizada em 17 de julho de 2008.

Estado que entregou essas terras gratuitamente pras companhias. As concessões de trinta anos venceu, e aí veio o boom siderúrgico, as concessões foram renovadas e inclusive tá aumentando as novas áreas.

O relato do senhor José contém uma denúncia gravíssima: o aproximadamente 1,13 milhão de hectares de terras públicas localizados principalmente no Alto Jequitinhonha foi entregue por 30 anos às companhias siderúrgicas, para o plantio de eucalipto. O vencimento dos contratos não significou a saída das empresas, pois eles estão sendo renovados sob o aval do Estado e impulsionados pela política de *exportação de commodities* imposta ao Brasil, que, cada vez mais, exige o controle dos recursos naturais pelas grandes empresas.

E, concomitante à expansão do monocultivo de eucalipto, outro filão de acumulação capitalista se alarga: a construção de hidrelétricas na região, acirrando o já complexo processo de expropriação das terras.

2.5 O rio vai virar mar

Na década de 1980, teve início na região a implementação do Programa Novo Jequitinhonha, que nada mais era que a expansão de uma nova frente de capital no Vale do Jequitinhonha. O programa previa a construção de dezesseis hidrelétricas ao longo dos rios Jequitinhonha e Araçuaí. Esse cenário marca outra dinâmica de expropriação dos pequenos agricultores de suas chapadas, estas que já haviam sido tomadas quase em sua totalidade. Deu-se então início à construção de algumas hidrelétricas, mas também a inúmeros conflitos em relação às atividades econômicas voltadas para a produção de energia elétrica na região.

Destes, destaca-se o caso da usina hidrelétrica de Irapé, no Rio Jequitinhonha. Para a viabilização de tal projeto, 51 comunidades foram atingidas, com um total de 1.200 famílias²⁷ desalojadas compulsoriamente de suas terras e outras tantas direta ou indiretamente atingidas pelos impactos da usina — desde questões econômicas ao rompimento de laços sociais e aos impactos ambientais. Nesse cenário, a luta pela terra e pela água passou a fazer parte do cotidiano da população, que se viu privada do que antes era garantido pelo direito costumeiro. Emergiram então nessas comunidades espaços de organização coletiva, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além do fortalecimento de sindicatos e associações,

²⁷ Estes dados foram retirados do site oficial do Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB, disponível em www.mab.com.br

marcados por um processo que significou não apenas a defesa dos direitos pela terra que seria inundada pelas águas da represa da Usina de Irapé, mas também o fortalecimento do sentimento de pertença ao lugar, da cultura camponesa e dos hábitos costumeiros como uma forma de resistência.

Outro caso que merece destaque é a construção da usina de Itapebi, no Rio Jequitinhonha, no município de Salto da Divisa (Baixo Jequitinhonha). O empreendimento do Consórcio Itapebi Geração de Energia S/A, formado pela Coelba e por sua *holding* Neoenergia, inundou 70 km de extensão territorial. As 35 famílias que haviam sido desapropriadas receberam, ao serem “reassentadas”, segundo denúncias dos próprios moradores, terras impróprias para a agricultura. O terreno, além de pouco extenso, é de solo pedregoso e alta declividade.

Para além das denúncias relativas à infraestrutura nos “reassentamentos”, outra reclamação constante é a qualidade da água nas comunidades. Esse é um problema que sempre está na pauta do dia nos encontros, fóruns e outros espaços de debate sobre a questão da água no Jequitinhonha.

Todo esse processo, marcado historicamente pela expropriação de terra das comunidades rurais no Jequitinhonha, pelo monocultivo de eucalipto ou pela extração mineral, circunscreve-se no bojo das políticas macroeconômicas impostas às economias dependentes e subdesenvolvidas. O Jequitinhonha é refratário a essa dinâmica, exacerbada na fase atual de acumulação de capital, em que a extração e espoliação dos recursos naturais e a superexploração da força de trabalho emergem como a fórmula *sui generis* do capital na periferia capitalista.

2.6 A extração de riqueza e a produção de miséria no Jequitinhonha

Com efeito, a política de produção de *commodities* para a exportação de bens primários, necessários ao mercado internacional, impôs uma dinâmica draconiana de expropriação de terras, sobretudo dos pequenos agricultores, acirrando a questão agrária no século XXI. Isso fragmentou as condições objetivas e subjetivas de reprodução no meio rural, como analisado no Vale do Jequitinhonha. Concordando com os autores abaixo, podemos afirmar:

dessa maneira, a extração de recursos naturais no Vale do Jequitinhonha não representa o consumo de produtos isolados, mas sim, produtos integrados ao sistema de produção de mercadorias, com a finalidade de atender aos nichos de mercado. Nesta lógica, os projetos hidrelétricos, minerários e a monocultura de eucalipto se multiplicam no Vale do Jequitinhonha convertendo os lugares vividos em paisagens industriais, assim esvaziando e anulando os sentidos que anteriormente faziam do espaço um território de reprodução social das famílias e dos seus modos de vida (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010, p. 112).

É esse o cenário em que foi atrelada ao Vale do Jequitinhonha a imagem de região, por essência, miserável: o “vale da miséria”, propagado pelas elites mineiras, que, portanto, deveria ser o lugar destinado à promoção do “desenvolvimento” industrial e tecnológico. Assim estariam justificados todos os projetos e programas implementados no Vale ao longo das últimas quatro décadas, destinadas ao “desenvolvimento econômico” da região.

O rótulo de “vale da miséria”²⁸ atribuído historicamente ao Vale do Jequitinhonha é difundido pela mídia e, principalmente, por políticos que não questionam ou põem em pauta os motivos que levaram e levam ao empobrecimento da população ali residente. Apenas se afirmam os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) sem tocar na essência da problemática: a expansão do capital e sua necessidade insaciável de acumulação capitalista a qualquer custo.

No processo eleitoral de 2014, os brasileiros puderam apreciar mais um episódio desse engodo arquitetado pelas frações da burguesia mineira, sustentadas pelo monopólio midiático e manipulador. Um dos principais candidatos à presidência, Aécio Neves, ex-governador do estado mineiro por oito anos (2003-2011), citava constantemente a região em seus discursos, alegando ter implantado nela uma série de programas sociais. No entanto, os dados mostram que, no período de seu governo, a participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual das regiões do Jequitinhonha e Mucuri, juntas, diminuiu de 1,9% para 1,8%. Em entrevista em rede nacional, no canal Globo de televisão, o presidenciável Aécio Neves foi questionado ao vivo pela repórter Patrícia Poeta sobre o fato de Minas Gerais ter o IDH mais baixo da Região Sudeste, apesar de ser um estado tão rico. Como resposta, o presidenciável disse:

esses números têm que ser vistos no seu conjunto. Minas Gerais avançou e avançou muito. Agora, Minas tem no nosso território, incrustado no nosso território, o Vale do Jequitinhonha, o norte mineiro e o Mucuri. São regiões que historicamente têm um IDH menor do que a média do Nordeste. *O nosso grande esforço, do nosso governo, foi reduzir essa diferença e fizemos isso [...].* Minas tem hoje a melhor educação fundamental do Brasil, mesmo sendo um estado heterogêneo [...], a melhor saúde de toda a Região Sudeste [...]. Minas é hoje referência não apenas no Brasil,

²⁸ Em meados da década de 1980, o Vale do Jequitinhonha era comumente caracterizado como “vale da miséria” em grande parte dos documentos, desde trabalhos acadêmicos a diagnósticos de órgão públicos (Codevale, Secretaria do Estado, Fundação João Pinheiro). O motivo apontado era o isolamento de mais de um século, de fins do século XIX, quando do declínio da mineração, do ouro, do diamante e do algodão, até meados de 1970, com a expansão intensiva da pecuária e a chegada do eucalipto e das companhias mineradoras.

mas fora do Brasil, como para organismos internacionais como o Banco Mundial (grifos meus).²⁹

O discurso do candidato às eleições em 2014 reproduz a naturalização da miséria da região. Nem sequer são questionadas as razões desse subdesenvolvimento histórico e, mais uma vez, o Vale do Jequitinhonha tem sua imagem deturpada com claros fins políticos.

Tal discurso subsidia os tantos projetos que buscam combater o subdesenvolvimento, os mesmos que expropriaram as populações que viviam em comunidades ribeirinhas, camponesas e quilombolas, integrando-as ao epicentro dos novos determinantes do subdesenvolvimento, que se repõe, no século XXI, com centralidade na economia do agronegócio.

Conforme Delgado (2012), o pacto da economia do agronegócio determinou o acirramento da questão agrária na região, muito além dos limites setoriais na agricultura, uma vez que o agronegócio centra-se na captura do excedente econômico pela apropriação da renda fundiária, via extração e apropriação de *commodities* agrícolas e minerais. A dinâmica contraditória da acumulação de capital na economia brasileira a partir do século XXI mostra que a exacerbada extração dos recursos naturais, conectada à superexploração da força de trabalho — que na atualidade assume formas brutais para a reprodução social, sobremaneira no campo —, só é possível pela (re)produção da miséria de milhares de trabalhadores, sem terra, sem trabalho, sem vida. Estes sofrem a expropriação não apenas dos meios de reprodução social, mas de sua história, suas raízes culturais e sua identidade de classe, soterrada e esquecida, assim como as centenas de cemitérios que desapareceram numa determinada época no Jequitinhonha.

Do seio desse processo de expansão da economia do agronegócio é que se radica a lógica de expropriação das terras no Vale do Jequitinhonha, reproduzindo um ciclo, em escala ampliada de subdesenvolvimento e miséria, dos novos-velhos nômades da terra no limiar do século XXI. No próximo capítulo, abordaremos como esse processo refletiu na economia regional, subjugando todas as formas seculares de organização e reprodução social no sertão mineiro.

²⁹ Entrevista exibida em 11 de agosto de 2014. Disponível em: <em www.youtube.com/watch?v=19D4e1TC2-4>. Acesso em 18-01-15.

3 A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO EM TERRAS DO SERTÃO MINEIRO

Como já dizia o escritor Guimarães Rosa, “Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais”. Uma dessas faces foi eternizada por Guimarães na figura da personagem Miguilim, na obra *Corpo de Baile*. Por essa personagem o escritor contou o mundo rural do sertão mineiro, e é esse sertão, já no século XXI, que queremos descrever neste capítulo.

No capítulo anterior, retomamos alguns elementos que determinaram a tomada das terras comunais, a expansão da “praga verde” e o monopólio das terras pelos agropecuaristas, transformando grande parte da vegetação nativa em pasto, além do brutal aumento das empresas mineradoras por toda a região. Todo esse processo se deu sob a batuta do Estado, cujo discurso oficial era de levar o desenvolvimento a uma das regiões mais subdesenvolvidas do país.

Agora, no limiar do século XXI, o eixo de acumulação de capital permanece quase o mesmo: a extração e expropriação da terra, paralelamente à superexploração da força de trabalho, sobremaneira da população do campo. Entretanto, essa lógica de acumulação de capital adquire outras roupagens neste século, com profundas implicações para as condições de reprodução da população rural do Vale do Jequitinhonha. São essas transformações que analisaremos neste capítulo.

Se a lógica da tomada de terras comuns predominou em parte do sertão mineiro pelas companhias estatais e privadas nas três últimas décadas do século XX, como a expulsão dos camponeses vem ocorrendo nesta última década e meia do século XXI na região?

Certamente, a resposta a essa pergunta nos trará a essência não só da problemática rural do Jequitinhonha, mas da questão agrária acirrada nos países de economias subalternas da periferia capitalista — o que, em larga medida, determinou o aprofundamento das relações estruturais de dependência e subdesenvolvimento subjacentes a tal inserção primária no comércio exterior.

Essa estratégia de acumulação de capital conformou o padrão de crescimento econômico perseguido pelo agronegócio sobremaneira a partir dos anos 2000. A saga pelas *commodities* agrícolas e minerais, derivada principalmente de demanda externa, ditou o ritmo do padrão de acumulação que se expandiu para o conjunto da economia brasileira, do qual nenhuma região foi poupada.

A lógica de inserção do Jequitinhonha nessa estratégia de acumulação capitalista da economia do agronegócio possui como epicentro o monopólio dos recursos naturais. Essa tônica, presente na região desde o período da colonização, na atualidade adquire outra dinâmica, que se espalha por todo o conjunto das relações econômicas e sociais no Jequitinhonha.

3.1 Estranhos no quintal de Miguelim

O “estranho”, segundo Martins (1993), é o invasor de terras e tribos, diferentemente do que entendiam a sociologia e a história na década de 1980, que o consideravam como sendo apenas a história do dominado. O estranho é aqui proposto como uma categoria para analisar os processos de avanço do capital em todas as esferas da vida social.

A história da “chegada do estranho” no Vale do Jequitinhonha é a história da chegada do grande capital. É a história das expropriações, que também é permeada de lutas e resistências, e materializou-se principalmente no projeto de expansão das fronteiras mineral e agrícola de Minas Gerais. São esses estranhos — as mineradoras e empresas privadas voltadas ao monocultivo — que acirraram o processo de expropriação de milhares de camponeses no sertão mineiro neste século.

No limiar dos anos 2000, com a economia do agronegócio, o projeto de desenvolvimento em curso no país avançou brutalmente sobre o Vale do Jequitinhonha, consolidando o histórico processo de apropriação e extração dos recursos naturais na região.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), entre 2003 e agosto de 2012, foram firmados 63 protocolos de intenções entre o governo estadual e empresas privadas, ampliando a perspectiva de incremento da atividade do setor de mineração. Isso se deu sobretudo nas regiões tidas historicamente como mais carentes no estado mineiro, ou seja, o norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e Mucuri. Os dados da SEDE revelam que, nesse período, os investimentos estatais somaram R\$ 109,7 bilhões, sendo que os maiores aportes foram direcionados para as regiões Norte, Zona da Mata e Noroeste e para os vales do Jequitinhonha e Mucuri. Conforme dados da Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de Minas Gerais, o estado responde hoje por cerca de 50% do Valor da Produção Mineral (VPM) brasileira, que, em 2011, foi de R\$ 144,8 bilhões, correspondendo a 4,1% do PIB.

Em 2014, estavam em vigor no estado 1.753 concessões de lavra, 1.720 registros de licenciamento para minerais utilizados na construção civil e 40 permissões de lavra garimpeira. As atividades legalizadas de mineração estão presentes em cerca de 400 municípios, destacando-se tanto pela diversidade produzida como pelos métodos de produção empregados: desde o garimpo até os mais sofisticados métodos de lavra e beneficiamento, atraindo a produção de pequenas, médias e grandes empresas.

Isso faz de Minas Gerais o maior produtor nacional de ferro, ouro, zinco, nióbio, fosfato, grafita, calcário e gemas, o segundo maior produtor de minérios de alumínio e níquel, o terceiro na produção de manganês, rochas ornamentais e águas minerais, e o único produtor nacional de chumbo e lítio, segundo o DNPM.

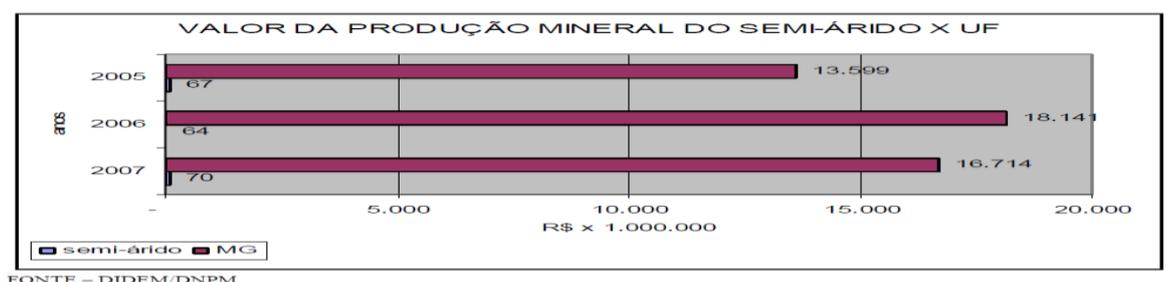
De acordo com Delgado (2012), esse projeto organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, além do apoio fornecido pelo aparato ideológico (mídias, produções acadêmicas). Conforma-se, assim, uma estratégia de acumulação de capital sustentada, sobretudo, na exacerbada valorização da renda fundiária.

Mas o que chama a atenção nessa estratégia de acumulação capitalista é a forma de extração de excedente econômico, engendrado a partir da demanda externa por *commodities* agrícolas e minerais, em que a terra torna-se uma mercadoria essencial neste novo-velho padrão de acumulação capitalista.

De modo que o intenso processo de valorização dos preços das terras e arrendamentos fundiários nessa última década vai aparecer, principalmente, como o resultado do *boom* de *commodities* no mercado externo, consolidado visivelmente nos anos 2000.

No Vale do Jequitinhonha, a produção mineral, comercializada nos estados bruto e beneficiado, além da produção transferida para beneficiamento para o semiárido mineiro, foi, em 2007, no valor de 70 milhões de reais. Isso equivale a 0,42% da produção mineral comercializada no estado, como observado na tabela a seguir.

Gráfico 1 – Produção mineral em Minas Gerais



O norte e o nordeste de Minas têm vivenciado, sobretudo nesta última década, uma estratégia de expansão das fronteiras de exploração mineral com a qual o governo estadual busca consolidá-los como nova fronteira da atividade mineradora.

Essa estratégia se expressou de diversas maneiras. Uma delas foi a expansão da extração do minério de ferro. A perspectiva, segundo o governo do estado, é de que sejam explorados anualmente 25 milhões de toneladas desse minério. Para tanto, os projetos se distribuem por 20 municípios, principalmente Salinas, Grão Mogol, Rio Pardo de Minas e Porteirinha. Ainda que os municípios citados não se localizem no Jequitinhonha, com exceção de Salinas, os impactos serão sentidos diretamente na região. Por exemplo, a construção do mineroduto em Grão Mogol, apesar de atingir apenas uma cidade situada no Vale, Salinas, utilizará a água do principal rio da região, o Jequitinhonha.

Os dados a seguir revelam como a expansão do progresso técnico no campo exacerbou a lógica de concorrência capitalista da produção de mercadorias advindas da terra, resultante da diminuição da renda absoluta entre pequenas e grandes propriedades. Logo, com a busca de novas terras, haverá a expansão da extração de valor produzido no campo, principalmente via capital financeiro, como demonstrado aqui, pela presença do capital monopolista internacional. Também indicam como as atividades de exploração dos mais variados tipos de minérios se expandiram em todo o Jequitinhonha, contribuindo para que o estado de Minas se transformasse, em 2013, no maior produtor de minério do Brasil, segundo o Departamento Nacional de Exploração Mineral.

Tabela 2 – Reservas, empresas e capitais da produção mineral em Minas Gerais

Municípios	Reserva mineral	Empresa	Origem do capital
Capelinha	Cianita e minerais não metálicos	Magneska S/A Magnetite S/A	Capital internacional
Couto Magalhães de Minas	Diamante e manganês	Mineração Urandi S.A./2005 Mineradora Tejucana S.A.	Capital internacional Capital nacional
Minas Novas	Ferro, cianita e feldspato	Cleveland Miling em parceria com	Capital

		BC Airon/ 2014	internacional
Diamantina	Caulim, diamante, mármore e ferro	Mineração Teju cana S.A/1984 e Mineração Rio Novo, empresa do grupo da construtora Andrade Gutierrez ³⁰	Capital nacional e capital internacional
Gouveia	Quartzo	Agrocity Mineração e Traterp Ltda	Capital nacional
Serro	Diamante, ferro e ouro	Anglo Americana	Capital internacional
Itamarandiba	Ferro	Centaurus Metals	Capital internacional
Almenara	Grafite	Magnesita S. A. /2012	Capital internacional
Salto da Divisa	Grafite	Nacional Grafite Ltda	Capital nacional
Pedra Azul	Grafite	Nacional Grafite Ltda	Capital internacional
Medina	Granito	Mineração Granduvale Ltda (Grupo Félix)	Capital internacional
Itinga	Granito	Liverpool Granitos Mundial Mineração Importação e exportação Ltda/ 2011 Shekinah Mineração Lyda/ 2011 Mineração Piazza Brasil Itinga Ltda/ 2005 Bontempi Mineração Ltda/ 2010	Majoritariame nte capital internacional

³⁰ Embora a empresa citada ter declarado ao Jornal *Valor Econômico*, 07-09-12, estar inativa, a extração clandestina de Diamante continua ocorrendo, como denunciado por moradores da região.

Itinga	Mármore e quartzo	Grupo Qualitá	Capital internacional
Araçuaí	Lítio	Companhia Brasileira de Lítio	Capital nacional
Itaobim	Granito	K2 Mineração e exportação Eireli	Capital internacional
Grão Mogol	Ferro	Geosol, composta por grupos Eurasian Natural Resources Corporation (ENR), a canadense Carpathian Gold e a brasileira Votorantim Novos Negócios, controladoras das mineradoras Minas Bahia (Miba), e a Sul Americana de metais (SAM), além da também brasileira Vale.	Majoritariamente capital internacional

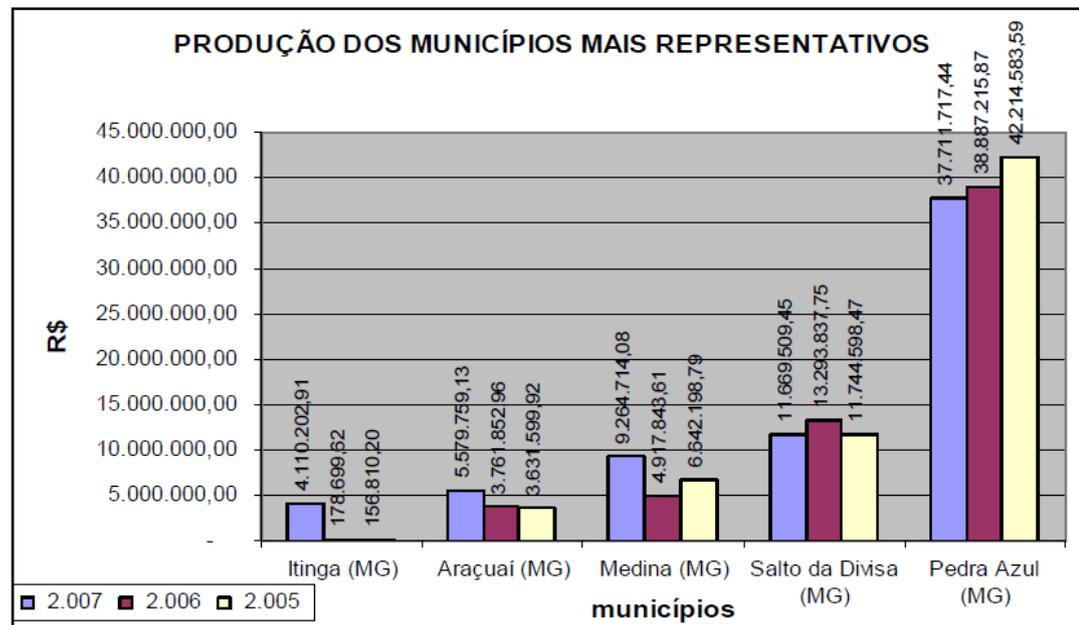
Fontes: Dados das empresas em seus *sites*.³¹

No Vale do Jequitinhonha, localizam-se os quatro municípios mais expressivos na produção mineral do semiárido mineiro. A tabela abaixo demonstra como essa extração mineral tem aumentado gradativamente.

31

www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=66&IDPagina=81&IDPublicacao=5071&IDPublicacaoCa;aranas.com.br/site/2014/06/30/empresa-anuncia-exploracao-bilionaria-de-minerio-de-ferro-em-minas-nova; empresasdobrasil.com/empresas/Itinga-mg/extracao-de-granito; empresasdobrasil.com/empresa/trater-25978230000150; www.magnesita.com.br/a-empresa/quem-somos.

Gráfico 2 – Produção dos municípios do Vale do Jequitinhonha



FONTE – DIDEM/DNPM

Apenas esses municípios são responsáveis por 96,5% da produção de mineral do semiárido mineiro. Os investimentos nessa área foram diversos. Por exemplo, a Sul Americana Metais (SAM) e o Grupo Votorantim aplicaram R\$ 3,2 bilhões em extração e beneficiamento de minério em Grão Mogol, em parceria com a chinesa Honbridge Holdings Limited. O projeto engloba desde a mineração até a construção do mineroduto e a recepção do minério no porto. A previsão é que, em 2017, toda a tubulação já esteja funcionando. O projeto tem autorização para captar 6.200 m³ de água por hora em uma região que tradicionalmente sofre com secas e tem dificuldades para manter até o abastecimento regular à população, uma vez que estamos nos referindo a uma região no semiárido, circunscrita no polígono da seca e dotada de uma vegetação e um clima bastante peculiares.

Conforme relatório de impacto ambiental da SAM de junho de 2012, a água utilizada para a operação do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo terá como fonte o reservatório de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, onde a empresa já possui autorização da Agência Nacional de Águas (ANA) para atuar. No entanto, no início de 2014, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais se reuniu em audiência pública para tratar do Decreto Estadual nº 30, que desapropriou terrenos em oito municípios do norte de Minas para a construção desse mineroduto.

Para alguns, como o secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas à época em 2012, Paulo Sérgio Machado, essa nova fronteira mineral no Vale do Jequitinhonha e norte de Minas “irá transformar a economia e desenvolver os 21 municípios atingidos, de Grão Mogol a Salinas, de lá a Taiobeiras, Rio Pardo de Minas e Riacho dos Machados”.³² Esse discurso evidencia o projeto de desenvolvimento em curso no Vale do Jequitinhonha. Ora, mas em 1970 o Vale ficou à margem do projeto de desenvolvimento conhecido como a “modernização conservadora” na agricultura, no qual produção e produtividade agropecuária se rearticularam sem tocar na estrutura agrária.³³

A saga por *commodities* minerais no Jequitinhonha tem aprofundado a expulsão dos camponeses. Um exemplo esclarecedor é a extração do minério de lítio, que, em 2007, foi integralmente obtido no município de Araçuaí (Médio Jequitinhonha) pela Companhia Brasileira de Lítio. A produção bruta foi de 54.150 toneladas, avaliada em R\$ 5,5 milhões. Também a extração de grafita tem sido um inimigo da população do Jequitinhonha, expropriando camponeses. Toda a produção de grafita no Vale, em 2007, correspondeu a 87 % da produção nacional, sendo obtida majoritariamente nos municípios de Pedra Azul e Salto da Divisa (Médio e Baixo Jequitinhonha). Após o beneficiamento, a produção foi avaliada em R\$ 49,4 milhões.³⁴ Essa evidência pode ser comprovada pelos parcos estudos de campo sobre o atual ciclo de êxodo rural na região, como os exemplos constatados no segundo capítulo. A mineração está entre os campeões em expropriações no Jequitinhonha, ao lado do monocultivo do eucalipto.

Um fato esclarecedor nesse sentido é a irrisória quantidade de empregos gerados pelas empresas mineradoras. Quando confrontados os números com dados referentes aos empregos gerados pela pequena produção familiar, não restam dúvidas do processo de expulsão camponesa.

Conforme dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Minas Gerais (2013), a pequena produção familiar em 2013 empregou 78.701 agricultores na

³² Esta frase foi proferida por Paulo Sérgio Machado à revista *Valor Econômico* em 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/empresas/mineracao?page=219>>. Acesso em: 04-12-2011.

³³ Ainda que o Vale do Jequitinhonha tenha sofrido os impactos da modernização conservadora na década de 1970 (vide as taxas de êxodo rural), estes não foram absorvidos pela química agrícola, pela biologia industrial, ou mesmo pelo desenvolvimento da maquinaria, que passaram ao largo das unidades de produção exploradas por fazendeiros ou pequenos produtores rurais na região. Ver melhor em Diniz (1981).

³⁴ Os dados sobre a produção de grafita e lítio em 2007 foram produzidos pelo “insuspeito” Departamento Nacional de Exploração Mineral (DNEM), do Ministério de Minas e Energia. Cabe ressaltar que os recursos do subsolo brasileiro ficam sob o jugo da União, o que esclarece as parcas pesquisas sobre o tema, realizadas majoritariamente pelo DNEM.

mesorregião do Vale do Jequitinhonha, ao passo que a mineração gerou apenas 687 empregos na região em 2007, como confirmam estudos do DNEM.

Em Minas Gerais, as empresas mineradoras têm comumente utilizado o arrendamento como estratégia para retirada dos pequenos agricultores de áreas que possuem algum tipo de minério. Conforme pesquisas do IBGE e Censo 2006, 2,6% dos estabelecimentos da agricultura familiar em Minas Gerais têm como vínculo com a terra o arrendamento. O atual ciclo de expropriação das terras rurais no Vale do Jequitinhonha passa necessariamente por essa lógica, cujos contratos de arrendamentos fundiários entre camponeses e locatários, sejam empresas públicas ou multinacionais, cristalizam as novas relações de expulsão do campo. Os contratos engendram uma lógica muito mais perversa, pois agora há o consentimento do expropriado em deixar sua terra, ainda que o título de posse da propriedade continue a lhe pertencer.

Todavia, essa estratégia não só tem imposto severas consequências às pessoas expulsas — ainda que haja o consentimento do camponês, que deixa para trás seu lugar de reprodução material, mas também de convivência social, o seu espaço de socialização comunitária; mas também vem levando ao esgotamento do potencial dos recursos naturais, que já dão sinais de escassez irreversível.

Os imensos maciços de “floresta” artificial — o eucalipto — têm função de peso nesse processo. Ao concentrar ainda mais a propriedade fundiária, desarticulam a pequena produção agrícola, aprofundando a histórica expulsão da terra nas veredas e nos grotões. Segundo dados modestos do Instituto Estadual de Florestas (IEF), o eucalipto no Vale do Jequitinhonha ocupava em 2007, uma área de 994 ha; sendo que, do outro lado temos no Jequitinhonha, segundo do Censo Agropecuário de 2005/2006, a soja ocupando 1.096 ha; o café, 1.082 ha; e o feijão, 449 ha. A área de eucalipto praticamente empatava com as áreas de soja e café. Ambos sobrepondo-se às culturas típicas da região, o feijão, que fica em uma posição secundária frente às demais, como eucalipto, soja e café. É este cenário que tem colocado em risco a tradicional agricultura de subsistência na região.

Ainda segundo o Censo Agropecuário de 2005/2006, existiam 20.075 estabelecimentos familiares no Alto Jequitinhonha, que representavam 88% dos estabelecimentos rurais e ocupavam apenas 33% da área agrícola. No Vale, o módulo fiscal, a área mínima para uma família sobreviver, é de 40 hectares; entretanto, a dimensão média dos estabelecimentos familiares na região é de 11,61 hectares, podendo variar a um máximo médio de 18,94 e a um mínimo médio de 5,94 hectares. É preciso ponderar que esse total não representa o total em terra agricultável, produtiva ou apta para criação de animais. Segundo

estudos conduzidos por Ribeiro (2013), os agricultores da região possuem, ao fim, somente entre um terço e um quarto de terras produtivas.

É esse o cenário em que milhares de famílias têm arrendado suas terras no sertão mineiro, aglomerando-se nas cidades ou perambulando pelos grandes centros metropolitanos à procura de emprego. São os novos nômades no século XXI, que levam no embornal apenas as lembranças de seus familiares e os vínculos culturais que os uniam à terra. Sem condições de permanência no campo, os camponeses se veem encurralados, presos em uma estratégia extremamente perversa. Eles deixam suas terras por um período, normalmente de longos anos, acordado em contrato de arrendamento, e vagam em busca de melhores condições de sobrevivência. Mesmo possuindo a terra, não podem ficar nela; devem sobreviver nos anos seguintes com a quantia de dinheiro acordada no contrato.

No período do arrendamento fundiário, a propriedade rural será saqueada, tendo extorquida toda a sua riqueza natural, seja ela qual for, por meio da extração mineral-rochosa ou do monocultivo de eucalipto, que empobrece o solo e causa problemas com a água. Principalmente por se tratar de uma região do semiárido brasileiro, isso inviabiliza o regresso das famílias à terra.

É em nome desse projeto de acumulação de capital na periferia capitalista que a terra, a água e a identidade cultural de um povo vêm sendo subjugados aos ditames do capital. Os estilhaços desse projeto de acumulação são sentidos por todos no campo e na cidade. Na seção a seguir, traremos comprovações empíricas da violência estrutural que sofrem os camponeses no Jequitinhonha.

3.2 A reconfiguração da questão agrária atual no Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha reflete um padrão de crescimento, imposto às economias dependentes e subdesenvolvidas, que possui como mola propulsora a exacerbada valorização da renda fundiária, amalgamada à superexploração da força de trabalho.

Delgado (2014) alerta para os perigos da mercadorização absoluta da propriedade privada da terra, não apenas pela exclusão dos camponeses, mas sobretudo pela exclusão das condições de vida digna nos espaços urbanos. Concomitantemente, emergem novos riscos ambientais provocados pelo monopólio exacerbado da natureza, impondo riscos a toda a sociedade nacional.

De tal maneira que o impasse gerado por esse projeto reflete “a contínua e crescente instabilidade social e insustentabilidade ambiental do sistema de terra face às necessidades de proteção e salvaguarda das populações e dos bens da natureza” (DELGADO, 2014, p. 39).

A busca por *commodities* agrícolas e minerais pela economia do agronegócio tem autorregulado o preço da terra e os arrendamentos nesta década. De acordo com estudos recentes desenvolvidos por Sauer e Leite (2012) sobre o mercado de terras no Brasil, tem havido uma evolução nos preços e nos arrendamentos de vários tipos de terra em quase todos os estados brasileiros, inclusive Minas Gerais.

Segundo os autores, os projetos sucroalcooleiros implantados entre 2008 e 2010 provocaram a valorização das terras nas regiões de expansão dos cultivos de cana-de-açúcar, especialmente nas novas “fronteiras”, localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Ainda de acordo com esse estudo, há em curso no país um processo de estrangeirização de terras, que remonta há algumas décadas. Segundo os autores, um marco importante nesse percurso histórico foi a implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Proceder), idealizado em meados dos anos 1970 e efetivado ao longo das décadas de 1970 e 1980 em diversas regiões do cerrado brasileiro (SAUER; LEITE, 2012, p. 510). Atualizados esses dados com a mesma base cadastral elaborada pelo Incra em 2010, os autores constatam que essa tendência permanece. Conforme mostra o estudo, há no Brasil 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando 4.349.074 hectares. É ainda possível observar nesse estudo que a maior parte desses imóveis está concentrada nos estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%) — em todos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas.

Os números desse estudo reforçam os dados contidos na Tabela 2, acima, em que ficou clara a expansão do capital estrangeiro sobre as jazidas de minério no Jequitinhonha e, conseqüentemente, sobre as terras. Concomitantemente, houve a expansão das fronteiras agrícolas, principalmente sobre o Alto e parte do Médio Jequitinhonha, onde o cerrado é a vegetação predominante. As florestas plantadas de eucalipto, ao apropriarem-se de terras tanto públicas quanto privadas, acirraram o atual ciclo de expropriação dos camponeses de suas terras. De modo que os preços das terras e dos arrendamentos rurais têm experimentado uma inflexão para cima não só no Vale do Jequitinhonha, mas em todas as regiões e para todos os tipos de terra (SAUER; LEITE, 2012).

Mas se a formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas foram sempre a tônica forte dos ciclos de expansão agrícola, como o atual, o que há de novo nos anos 2000? A partir da primeira década dos anos 2000, esses processos se repetiram sob novas roupagens, mas fundamentalmente com o mesmo sentido, conferindo ao agronegócio brasileiro um campo peculiar de valorização, resultante do *boom* das *commodities* agrícolas e minerais.

Segundo Delgado (2012), há aí uma armadilha, uma vez que a saga por *commodities* agrícolas e minerais, apoiada no argumento da produtividade de terras e jazidas, sustenta uma estratégia de acumulação de capital que aprofunda as relações estruturais de dependência. Tal estratégia propaga-se no conjunto da economia do país, espalhando por todas as regiões, inclusive o Vale do Jequitinhonha. Ela se nutre da superexploração da força de trabalho e expropriação dos recursos naturais: é um projeto de desenvolvimento totalmente insustentável.

Os elementos que determinaram a expansão agrícola a partir deste século foram: 1) a inserção externa pautada na “reprimarização” da economia brasileira; 2) a superexploração da força de trabalho e a expropriação dos recursos naturais; e 3) a extração de excedente econômico, fortemente vinculado à renda fundiária. Amalgamados, esses elementos conformam os novos determinantes da questão agrária, que se repõe para a economia brasileira, no limiar do século XXI, como uma das principais faces do subdesenvolvimento. O modelo agrário implementado no Brasil sempre esteve marcado pela violência, superexploração da força de trabalho e devastação dos recursos naturais. Entretanto, na última década essa violência estrutural tem sido acentuada, principalmente por essa reconfiguração da questão agrária.

A exacerbada concentração e valorização fundiária, impulsionada pela captura da renda da terra, tem impactado profundas transformações para o Jequitinhonha, sobretudo no campo. Os processos de expropriação e êxodo na região fizeram parte do cotidiano da população rural, entretanto, neste século, além da superexploração da força de trabalho, têm sido acompanhados da extrema monopolização da terra onde essas pessoas moravam. Destroem não apenas o tempo de vida de milhares de deserdados da terra que vagam em busca de trabalho, mas também qualquer condição de regresso à terra, uma vez que, ao implantar um sistema de produção que exaure suas riquezas, inviabiliza as condições de reprodução social e permanência dignas no campo.

A violência estrutural sofrida no Vale do Jequitinhonha é marcada historicamente pela questão agrária. Por meio da terra, o capital estabeleceu a função dessa região no processo de

produção, condenando formas tradicionais de reprodução social ao extermínio material e subjetivo. Laços históricos do homem com a terra, os mesmos que outrora determinavam todo o processo produtivo no Jequitinhonha rural, foram destruídos.

A “sorte” da migração permanece sendo o horizonte necessário de sobrevivência dos nômades dessa terra, porém recolocada com novos determinantes: a impossibilidade de regresso à terra, uma vez que a reprodução socioeconômica naquela região só era possível pelo manejo da natureza, mediado pelas tradições e pelos costumes durante o plantio e o cultivo.

O desmonte de tradições e costumes que sempre ligaram homem e terra significou não apenas a perda da identidade campesina e de sua cultura, mas também a sacralização da expulsão dos camponeses e de qualquer possibilidade de retorno. Pois, para Vergés (2011, p. 95), “o sonho do capitalismo em tornar a agricultura uma fábrica atada exclusivamente às máquinas e adubos industriais, liberta dos caprichos da natureza”, parece tornar-se realidade. Contudo, essa profecia não se cumpriu totalmente, pois interpôs-se uma das maiores tensões do grande capital: a contradição radical entre a uniformização da produção nas esferas tecnológica, econômica e social e a necessária diversidade produtiva, social e ecológica importantes para (re)produção do homem e da natureza.

Dessa forma, se no século XX os pequenos produtores agrícolas constituíram um setor importante à acumulação de capital, no século XXI, tornaram-se cada vez mais irrelevantes a esse sistema de produção. Nas palavras de Vergés (2011, p. 99), “assim os camponeses passam da honrosa posição de explorados ao ignominioso estatuto de excluídos”.

De fato, os pequenos produtores, camponeses no Vale do Jequitinhonha, não foram poupados da ruína do êxodo rural e passaram da exploração à marginalização. É essa estratégia que repõe um dos principais elementos do subdesenvolvimento no município.

Das entranhas dessa nossa condição estrutural é que brota o subdesenvolvimento, incrustado no seio da sociedade e manifesto na colossal desigualdade social no país. O subdesenvolvimento aparece como a dura realidade no cotidiano dos 7,2 milhões de pessoas que sofrem com insegurança alimentar, ou mesmo passam fome, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (2013).

Mas, se o subdesenvolvimento é apenas uma das faces do fardo histórico que nos legou a dependência estrutural, nos dias de hoje relançada na periferia capitalista a partir do epicentro do domínio da terra, como pensar possibilidades de romper e superar as amarras que nos atam a esse projeto?

Não ousaríamos aqui esboçar saídas a tal encruzilhada, até porque ultrapassa em muito os limites deste trabalho. Entretanto, acreditamos que pensar em possibilidades de superação desse modo de produção capitalista perpassa pela compreensão do lugar e da função que ocupamos no processo global de acumulação de capital. Daí emana a necessidade de discussão da questão agrária neste século. Esse debate e sua atualidade, retomados como pauta no universo acadêmico-científico e sempre, em maior ou menor medida, presentes nos espaços de organização coletiva dos trabalhadores do campo e da cidade, devem se somar às lutas sociais por terra e trabalho. Essa perspectiva, a nosso ver, deve ser guiada pela compreensão de que a questão agrária conforma um marco vital da dependência na periferia capitalista, e principalmente exprime um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário insustentável do ponto de vista da reprodução da força de trabalho.

Os dados do Censo Agropecuário de 2005/2006 clareiam como esse modelo coloca em risco elementos essenciais à sobrevivência humana, ao radicalizar a mercadorização do trabalho e da vida entregues às mãos do capital. Embora 76% da área agricultável no Brasil estejam nas mãos agronegócio e apenas 24%, com os pequenos produtores, são estes os responsáveis por 70% da produção do feijão produzido, 34% do arroz, 87% da mandioca e 46% do milho no país.

Esses alimentos compõem a principal base de alimentação dos brasileiros, principalmente das populações camponesas. Portanto, estão sempre presentes na mesa dos sertanejos no Vale do Jequitinhonha, sendo vitais para a sobrevivência das comunidades dessa região, o que é contrário à monopolização da produção de *commodities* para atender ao mercado externo.

Na esteira da privatização radical dos recursos históricos de uso comum, foram também negados valores sociais e ambientais distintos desses ditados pelo capital, como ocorreu no Jequitinhonha, cujas relações que não eram mediadas pelo valor de troca foram esfaceladas no moinho do grande capital.

No entanto, os camponeses insistem na preservação de tais valores, o que é um contraponto a essa realidade, tornando-se, por vezes, um pesadelo ao grande capital. Se, para o paradigma da questão agrária, a complexidade da problemática no campo está no capitalismo, para o paradigma do capitalismo agrário, está no camponesinato.³⁵

³⁵ Estamos entendendo como paradigma sua conceituação feita por Octavio Ianni (1989), cuja compreensão envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, seja um princípio explicativo fundamental, seja um modo coerente de interpretar dada realidade. Ainda segundo o autor, na sociologia, um paradigma compreende a articulação entre momentos essenciais de reflexão: aparência e essência, parte e todo, singular e

Portanto, discordamos de leituras da realidade brasileira que partem de análises do capitalismo agrário e das relações capitalistas subdesenvolvidas oriundas dele como problemas conjunturais, portanto passíveis de solução com a “integração” do pequeno agricultor, ou do campesinato, ao agronegócio.³⁶

Este estudo é justamente essa contraposição. Partimos do esforço de compreender a realidade como ela se expressa, de entender o real concreto contraditório a partir do prisma da questão agrária, ainda que este seja um tema “visivelmente maltratado pelas ciências sociais” (PAIVA, 2009, p. 5) — não só pelo limitado espaço de intervenção das ciências sociais, mas pela incapacidade de explicar a essência da realidade contraditória, conforme ressalta Traspadini (2014).

É imersos nessa conjectura que nos debruçamos sobre a realidade dos camponeses no Vale do Jequitinhonha. Ao analisar o processo de “integração” da região, articulado à expansão do capital, observamos que, esconde uma perversa lógica, na qual o camponês será “fagocitado” pelo agronegócio, tendo suas tradições e sua identidade expropriadas, restando-lhes apenas a sorte do êxodo.

Os nômades do sertão mineiro, superexplorados, marginalizados, órfãos de sua cultura e de sua terra, são a mais visceral expressão do subdesenvolvimento subjacente ao modelo de produção em curso no país. São feridas abertas no seio de uma sociedade que, em convulsão, dá sinais de insustentabilidade, recolocando na pauta do dia um debate que transcende a questão agrária em uma determinada região: toca na incontornabilidade da acumulação capitalista na atualidade.

universal, quantidade e qualidade, histórico e lógico. Esses são momentos que se traduzem “interpretativamente em evolução”, numa conexão entre sentido e contradição.

³⁶ Um exemplo esclarecedor foi a fala da recém-empossada ministra da Agricultura, senadora Katia Abreu (PMDB-TO), em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em 5 de janeiro de 2015: “o Brasil precisa de uma reforma agrária pontual, já que o latifúndio deixou de existir no país”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou como a articulação do grande capital com a grande propriedade, sobre a base do capital financeiro especulativo, consolida o modelo de desenvolvimento perseguido na última década: o agronegócio. O Vale do Jequitinhonha insere-se como um subproduto necessário da acumulação capitalista em escala mundial, logo, o subdesenvolvimento rural vivenciado pelos camponeses na região é apenas a reprodução do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* inerente ao capitalismo *sui generis* que se formou na periferia capitalista. É essa configuração histórico-social que impõe à subalterna economia agroexportadora brasileira uma dupla dimensão na realização do capital financeiro especulativo: a superexploração da força de trabalho, articulada à exacerbada extração e espoliação dos recursos naturais, sob a batuta do Estado.

É sob a tutela do Estado que terra e trabalho são encarcerados pelo capital monopolista, reforçando o caráter histórico da atualidade da dependência. E desse novo ciclo da dependência emerge a imperiosa necessidade de compreender o lugar socioeconômico que a questão agrária ocupa na atual fase de acumulação de capital na periferia. É preciso revelar o patamar de disputa entre as classes antagônicas pelo excedente econômico, esclarecendo a função dialética que a política social cumpre nos dias de hoje, central tanto na luta dos trabalhadores quanto na dominação do capital.

Logo, o alcance e o escopo das políticas sociais são sensivelmente restringidos. Ao aprofundar o pacto da economia do agronegócio, aviltado na atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista, coloca como o horizonte necessário no processo de reprodução social de milhares de trabalhadores famintos e sem terra, posto sobretudo como mecanismo de socialização dos custos de reprodução dessa força de trabalho para o conjunto da sociedade. Tal socialização, porém, é inegavelmente necessária à sobrevivência de milhares de trabalhadores, sobremaneira em regiões como o Vale do Jequitinhonha.

Essa região, objeto de nossas observações neste estudo, explicita as particularidades históricas que conformam a superexploração da força de trabalho como *modus operandi* do capitalismo dependente, constituindo-se como um espaço estratégico para tais reflexões. O Vale do Jequitinhonha expressa a contraditória e dialética face desse modelo. Nele se gravou não só a história da expropriação camponesa, da perda das condições materiais de reprodução

social na terra, mas também a história do sofrimento das viúvas de marido vivo, dos órfãos temporários, bem como a perda dos costumes e da cultura dos *geraizeiros*.

Essa história, que teve como marco a chegada dos estranhos no quintal de Miguilim, foi a expansão do capital monopolista materializado no monocultivo de eucalipto e na extração mineral, que determinam a essência do processo que impulsiona o êxodo rural atualmente. Os milhares de Miguilins, eternizados por Guimarães Rosa, têm vivenciado no Vale do Jequitinhonha a expropriação de suas terras pelos estranhos, que têm avançado sobre seus quintais, tomando-lhes terra e trabalho — ainda que, por vezes, sob seu consentimento, pois em grande parte há a mediação do arrendamento. É essa perversa lógica que se tentou aqui demonstrar, geradora de uma massa de errantes e nômades, despidos do que lhes é mais importante: a identidade campesina. De camponeses, são transformados em desterrados, boias-frias, retirantes.

Sabemos que os dados e as pesquisas recuperados neste estudo (Censo Agropecuário 2005/2006, IBGE/Pnad e DNEM) não nos permitem a apreensão dessa tendência em toda a sua extensão, mas tentou-se aqui traçar alguns elementos determinantes desse processo. São essas as possíveis insuficiências teóricas resultantes de uma primeira aproximação da pesquisadora com uma corrente teórica, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que nas últimas três décadas foi extinta do meio acadêmico, colocada no anonimato científico, quando não deturpada por seus inimigos ideológicos.³⁷ Essa discussão também foi marcada pela trajetória de uma formação profissional — o serviço social —, que, seguindo a tendência das ciências sociais nos últimos tempos, tem relegado, no seu espaço de formação e de atuação, a necessidade de pôr em pauta o debate sobre a questão agrária como um elemento central para a compreensão da contraditória realidade na qual estamos inseridos e que reivindicamos como objeto de intervenção. Portanto, seu resultado, ainda que tímido, é um avanço significativo e um incentivo à continuidade desse debate, que está em aberto e intenciona somar-se aos poucos, mas crescentes, pares que nessa categoria profissional têm se colocado seriamente no estudo da questão agrária.

Por fim, buscamos, no decorrer deste trabalho, fontes de dados, pesquisas etc. que pudessem enriquecer o debate e a produção de conhecimento. Nessa busca, a fotografia, por suas características particulares, nos pareceu uma grande aliada e, por isso, acrescentamos no Apêndice A alguns registros do Vale do Jequitinhonha. São fotos que refletem e expressam a

³⁷ Ver excelente estudo que expressa a deturpação da Teoria Marxista da Dependência em Traspadini (2014).

atualidade do Jequitinhonha rural, ocupado e devastado pelo estranho, com sua riqueza sendo literalmente arrancada da terra, e a terra, assim como sua gente, perecendo na miséria.

Para José de Souza Martins (2014), a fotografia cria, constitui e instiga nosso imaginário e, portanto, seu fascínio não está no registro em si, mas no que pode ser feito com ele. Ao instigar o imaginário para outras questões, a fotografia torna-se uma importante ferramenta na construção do conhecimento, e é sob essa premissa que fechamos esta dissertação com imagens. Somente foi possível realizar fotografias de parte bem pequena das muitas explorações de pedras ornamentais (granito) presentes na região e já relatadas no texto com outros dados. As mesmas foram tiradas a distância e não mostram o processo de trabalho em si, devido ao fato de não termos tido autorização das empresas para entrar e vê-lo de perto. Também não foi possível realizar fotografias do monocultivo de eucalipto, como gostaríamos, devido às várias dificuldades para tal tipo de incursão. Todas as fotos são de arquivo pessoal e foram feitas em janeiro de 2015. Que esses retratos possam transmitir outras informações, ou mesmo despertar memórias adormecidas, como as apresentadas neste trabalho. Mas deixa-se ao leitor a liberdade do imaginário, bem como de se posicionar de outros pontos de observação e de análise.



No primeiro plano, residência de camponeses. Ao fundo, extração de granito.

Comunidade de Aredó, no município de Medina



Antiga residência de camponeses expropriados pela extração de granito no Distrito de Queixada/Novo Cruzeiro



Exploração de granito no Distrito de Queixada/Novo Cruzeiro



Extração de granito. Ao fundo, a mata nativa e o pequeno córrego são atacados pelas máquinas e apedrejados com os entulhos. Distrito de Queixada/Novo Cruzeiro



Residência de camponeses com rachaduras nas paredes causadas pelos impactos das dinamites utilizadas na exploração de granito. Comunidade de Aredó/Medina



Aredó/Medina



Extração de granito. Comunidade de Aredó/Medina



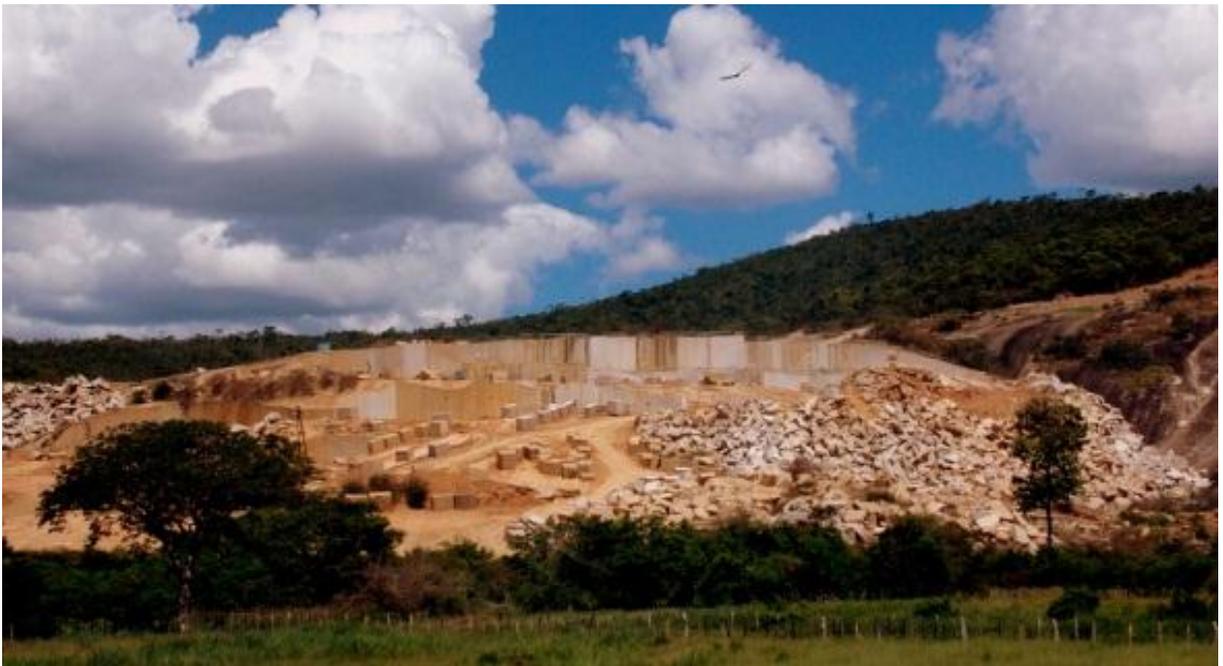
Exploração de granito. Cidade de Itinga



Exploração de granito. Cidade de Itinga



Exploração de granito. Comunidade Aredó/Medina



Extração de granito. Comunidade Aredó/Medina

REFERÊNCIAS

- CHESSNAIS, François. Introdução geral. In: _____. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999. p. 10-18.
- CHESSNAIS, François; SERFATI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores. In: *Crítica Marxista*, n.º.16. Boitempo, 2003. P 39-75
- DAYRELL, C. A. Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana, La Rábida, 1998.
- DELGADO, Guilherme. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças climáticas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária Hoje. *Associação Brasileira de reforma Agrária*. v. 01, n 02, p. 27-40, out. 2014
- Departamento Nacional de Produção Mineral. *Estudo de Economia Mineral sobre o Desempenho anual das principais substâncias minerais produzidas no Brasil*. 2007. Disponível em: www.dnpm.gov.br/conteúdo.asp?IDSecao=68&IDPagina=64
- Departamento Nacional de Produção Mineral. *Mineração no semiárido brasileiro*. Brasília, DF, 2009.
- DINIZ, C.C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, Clélio C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. _____. Paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e enfraquecimento político. *Revista do Legislativo*, 1986. Disponível em: <http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1125/1125.pdf?sequence=3>. Acesso em: 27-12-14
- FRANK, Andre Gunder. *Sociología del desarrollo y desarrollo de la sociologia: o desarrollo del subdesarrollo*. Barcelona: Anagrama, 1969.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- GALIZONE, Flávia M. *Águas da vida*. Tese (doutorado) — Unicamp, Campinas, 2005.
- GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas*, São Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_05.htm> Acesso em: 4 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Aproveitamento atual e potencial dos cerrados. *Estudos para o Planejamento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1973.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2010.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 1991.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Aproveitamento atual e potencial dos cerrados. *Estudos para o planejamento*, Rio de Janeiro, 1 (2), 1973.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989. Luckás (1989, p. 22)

MARCATO, Sônia de A. O indigenismo oficial e os Maxacali (XIX e XX). In: RUBINGER, Marcos; AMORIM, Maria Stella de; MARCATO, Sônia de A. *Índios Maxakali: resistência ou morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980. P. 64-93

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANPADINI, Roberta; STEDILE, João, Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 137-181.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto 2014.

MATOS, Ralfo; GARCIA, Ricardo Alexandrino. A população do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir A.; HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p 48-96.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 45.752, de 5 de outubro de 2011*. Contém o Estatuto da Fundação Rural Mineira – RuralMinas. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.ruralminas.mg.gov.br/images/stories/pdf/decreto-45752-2011.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Sistema de Informações Territoriais*. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 05-01-15

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Zé Paulo. “Questão social”: elementos para uma concepção crítica. In: BRAZ, Marcelo (org.) *Samba, cultura e sociedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 19-30.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur, 2007.

OURIQUES, Nildo. Estado e políticas sociais na América Latina. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org.). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2001. p.54-80

PAIVA, Beatriz. *Ciências Sociais e Políticas Sociais na América Latina: a invenção da crítica radical*. 2009. Artigo apresentado em XIX Seminário Latinoamericano de estudos de Trabalho Social. El Trabajo Social en la conjuntura latinoamericana: desafios para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil, Ecuador. 4-5 de Out. 2009.

PAIVA, Beatriz; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella Farias. Políticas sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e outras contradições. In: MATTEI, Lauro. *América Latina no limiar do século XXI*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 191-226.

PAIVA, Beatriz; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *Revista Katálysis*, v. 9, n. 2, p. 166-175, jul./dez. 2006.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POEL. Francisco Van der Poel. *Bibliografias do Jequitinhonha e outras coisas de lá*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1986.

RIBEIRO, Eduardo. (org.) *Sete Estudos sobre a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

_____ (org.) *Histórias dos geraes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Lavouras, ambientes e migrações no Nordeste mineiro*. São Paulo. Travessia - Revista do migrante, número 2, maio/agosto 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. [S.l.: s.n.], 1994.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. A população do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir A.; HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p 148-191.

ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. Coleção Corpo de Baile. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

RURALMINAS. *Terras Devolutas*. Belo Horizonte, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivalde Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SAMPAIO, Plínio A. et al. *Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: MDA/Incra, 2003.

SANT'ANA, Raquel Queiroz. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTIAGO, Luís Carlos M. Processo tardio de colonização do Médio e Baixo Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir A.; HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.234-252.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SILBY, Aurélio; Abner, George; Martins (org.) *Geraes: A realidade do Jequitinhonha*. Edição especial periódicos publicados entre 1978 e 1985. NEOPLAN: Belo Horizonte 2011.

SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA; João Valdir Alves. Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas. In: SOUZA, João Valdir A.; HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. UFMG, Belo Horizonte, 2010. P. 48-65.

TRASPADINI, Roberta. Dependência e luta de classes na América Latina. *Argumentum*, v. 6, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2014.

_____. *Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Boitempo, 2014.

VERGÉS, Armando Bartra. *Os novos camponeses*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pós-fácio. In: SANT'ANA, Raquel. São Paulo: Cortez, 2012.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir A.; HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. P. 79-127.

